Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza

José Liberal de Castro

A presente comunicação tenciona formular algumas considerações sobre a evolução urbana da Fortaleza no século XIX. Ao mesmo tempo, pretende homenagear o engenheiro Adolfo Herbster, por ocasião do primeiro centenário do seu falecimento, pois se trata de expressiva figura participante do processo.(*)

Considerações preliminares

Antecedentes históricos

Condições ambientais diferenciadas pouco atraentes não permitiram que o Ceará participasse do ciclo de atividades características da agricultura colonial. Somente no transcorrer do século XVIII os sertões do Ceará, por via da introdução da pecuária extensiva, vão conhecer ocupação demográfica, aliás bastante rarefeita.

No litoral cearense, por essa época, subsistia apenas um pequeno forte seiscentista, arruinado e ocupado por reduzida guarnição militar, forte que serviu de núcleo de apoio ao surgimento do povoado, depois vila e finalmente Cidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Os sertões

No início do século XVIII, como já referimos, o Ceará começa a receber correntes migratórias procedentes das vizinhas capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A ocupação, tardia em comparação com outras áreas da Colônia, tornara-se possível em face de uma maior tranqüilidade nos territórios, até então domina-

(*) – Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de História da Arte / Cidade: História, Cultura e Arte. Universidade de São Paulo, 25-28.10.1993, São Paulo, SP. As notas de rodapé e algumas ampliações foram agora incluídas para melhor esclarecimento. Boa parte da exposição, improvisada diante de desenhos, foi gravada em fita. Sua transcrição, ora feita, explica certas repetições no texto, o qual resultou imprevistamente longo.

dos por índios belicosos porém dizimados, afugentados ou aculturados. Espalha-se a pecuária extensiva por todos os recantos da capitania, conquanto ocupados sempre com baixa densidade de população. A exploração do charque, da carne do Ceará, obtida de gado carneado em pontos situados à foz dos rios, irá favorecer o aparecimento de pequenos aglomerados humanos, também florescentes nos cruzamentos de alguns caminhos de boiadas.

O povoado do Forte

Nos sertões, em fins do século XVIII, ante a possibilidade de vida, pelo menos aparentemente estável ou por força de outros interesses econômicos reinóis, começa a se desenvolver a cultura do algodão em terras não muito distantes do Forte. Esse acontecimento, entre outros, favorece a elevação do Ceará à condição de capitania independente de Pernambuco (1799). Até então, a pequena vila, embora morada dos capitães-mores, vivia isolada, sem muito relacionamento com o interior da capitania. As novas funções de porto exportador de algodão e de capital de capitania, agora independente, modificam aos poucos as ligações do Forte com os sertões e com Portugal, estas, na ocasião, ainda inexistentes, pelo menos por via direta.

A abertura dos portos em 1808 ativará o processo, bastando lembrar que já em 1811 se implantava na Vila do Forte uma firma inglesa dedicada ao comércio do algodão com a praça de Liverpool.

Primórdios da urbanização fortalezense

As modificações no processo econômico-político da Capitania não se refletem de imediato na estrutura urbana da vila-capital.

Visitantes estrangeiros que a conheceram por volta de 1811/1812 não lhe dão mais do que 1.200 moradores, boa parte dos quais mergulhados em condições de extrema pobreza. A vila não passava de umas poucas ruas arenosas, formadas por um casario de baixa qualidade material, ruas nascidas ao pé do Forte e cujo desenvolvimento acompanhava as curvas do riacho Pajeú, em sua margem esquerda.

Este é o ambiente em que viviam os primeiros governadores da Capitania, civis na função mas militares de profissão. O traçado da vila refletia um modelo de organização urbana caracterizada pela expansão linear, desenvolvida ao longo de rios e caminhos, consoante uma tipologia morfológica comum nos vilarejos medievais europeus. (Fig. 1a/Fig. 1b)

Apesar de até o fim do século XVIII o Ceará ter sido capitania dependente de Pernambuco, convém ressaltar que a Vila do Forte sempre exerceu concomitantemente funções militares e funções administrativas, pois o capitão-mor, comandante reinol das tropas regulares acantonadas no Forte da Assunção, também atuava no campo da gestão civil como representante do governo do Recife.

Transformada portanto em sede oficial de capitania independente, a vila na verdade vê reforçar-se a velha condição de capital de fato, com que já figurava nos tempos da antiga capitania militar subalterna. As funções administrativas revalorizadas passam a somar-se às novas funções comerciais de porto de exportação algodoeira. Submetida a uma convergência de interesses, consolidados pelo conjunto de mudanças ocorridas no Brasil de começos dos oitocentos, a Vila do Forte demonstra situar-se em *locus* privilegiado no espaço geográfico da futura Província, o que explica a conseqüente e posterior hegemonia da Fortaleza na rede urbana cearense.

Naquele instante de transição da vida brasileira, a superposição de funções administrativas às funções comerciais, mesmo quando estas eram pouco significativas, nem sempre contou com uma coincidente localização geográfica de algumas vilas que vinham até então servindo de capitais de fato ou de direito. Sem condições de poderem exercer o duplo papel de capitais e de centros comerciais exigido pelo novo sistema de transformações econômicas, acabaram por perder ambas as prerrogativas.

Este fato explica porque ocorreram transferências de antigas sedes administrativas para outros pontos das províncias, todos mais adequados ao desempenho das funções comerciais. Foram estes os casos de cidades novas-capitais, como Maceió, Aracaju e, posteriormente, Teresina, isto para não se falar na situação particular de Belo Horizonte, já no fim do século.

No Ceará, como se viu, bem ao contrário do que se passou em outras unidades, a Vila do Forte se manteve como capital da nova Capitania, sem dúvida por ocupar uma posição geográfica à feição das mudanças.

Novas formas urbanas

Façamos um parênteses. Paulo Santos, ao analisar a formação de cidades brasileiras, externa observações preciosas, embora não entre no mérito de alguns aspectos do fato.

Assim, esclarece:

> "A diferença de métodos do Urbanismo Colonial português em relação ao espanhol, começa pela legislação. Ao passo que estes últimos possuíam – já o vimos, um código legislativo de âmbito geral para ser observado pelos povoadores, os primeiros limitavam sua legislação ao que se continha nas *Ordenações do Reino*, que cuidavam antes dos Edifícios e das Servidões, com limitações ao direito de propriedade do que de como atuar para fundar cidades. Estas eram consideradas cada qual como um caso particular, a exigir determinações específicas, que poderiam variar de cidade para cidade."(01)

Se esta apreciação era válida para boa parte dos dias coloniais, o mesmo não se poderá afirmar para algumas formações já da segunda metade do século XVIII, moldadas em função das diretrizes reais generalizadas no período pombalino, traduzindo proposições de origem iluminista(02).

Ao contrário do que em Portugal as circunstâncias o permitiam, as novas diretrizes setecentistas encontravam (ou já vinham encontrando) cabal aplicação na Colônia, consubstanciadas na traça de ruas retas, às vezes largas, e cortadas ortogonalmente por outras ruas, proporcionando um novo aspecto de desenho urbano.

No território português, as conseqüências das inovações seriam limitadas por força da própria contingência de um meio de urbanização cristalizada, em que faziam exceção apenas as duas cidades maiores. As outras pequenas cidades, vilas e povoados não apenas desconheciam a ampliação física, porém, as mais das vezes, sofriam processo de despovoamento provocado pela emigração para o Brasil. Ainda assim, as diretrizes encontrariam emprego no traçado ortogonal da reconstrução da Baixa Lisboeta, que fora destruída por terremoto em 1755. Também apareceriam nas propostas de expansão do Porto, estabelecidas pelos Almadas, além de surgirem no traçado da recém-implantada Vila Real de Santo Antônio, no Algarve, junto da fronteira espanhola.

---

(01) – SANTOS, P. F. – *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Coimbra, V Colóquio Internacional Luso-brasileiro, 1968, p. 38 e 39.

(02) – Em outro trecho do citado trabalho, Paulo Santos discorre sobre as alterações setecentistas. Registre-se, como preito de homenagem, que o arquiteto professor doutor Paulo Ferreira Santos (1904-1988), saudoso mestre, foi um dos pioneiros dos estudos brasileiros de história da morfologia urbana bem como autor de algumas das primeiras obras dedicadas ao estudo da arquitetura barroca nacional.

No Ceará, as determinações da Coroa conheceram imediata aplicação, conforme o texto das cartas régias referentes à fundação das novas vilas, centros de atividades ligadas à vida pastoril (Icó / 1736, Aracati / 1748 etc.). De modo indireto (como explicaremos à frente), aquelas decisões reais teriam tido reflexo no traçado de expansão urbana fortalezense, ao serem postas em prática nos começos dos oitocentos e, desde então, perseguidas insistentemente.

Nascimento da Forma Urbana Fortalezense

Os governadores da Capitania e a Vila do Forte

A condição concomitante de capital de uma capitania independente e de porto exportador de algodão havia delineado novas perspectivas de desenvolvimento para a Vila do Forte.

A transformação do Ceará em capitania independente resultou na presença de governadores na Vila do Forte, quer dizer, de administradores investidos de poderes emanados da posição brasileira de vice-reinado, logo robustecida com a condição de sede do reinado português. A ação desses agentes reais cedo se fez sentir tanto no âmbito da manutenção de uma ordem muitas vezes perturbada pelos potentados sertanejos como no terreno do desenvolvimento material da Capitania.

Com relação ao Forte, algumas medidas renovadoras foram tomadas entre 1808 e 1812, na gestão do 3° Governador da Capitania, Luís Barba Alardo de Meneses, medidas que por certo incentivariam os vereadores a tentar resolver problemas concernentes aos aspectos físicos da vila pequena e pobre.

Assim, conforme ata de 28 de abril de 1812, a Câmara passa a exigir o nivelamento das calçadas da vila (até então, "*umas mais altas e outras mais baixas do paceio*"), medida posta a cargo do arruador ("*que o Arruador do Concelho tenha nisso a direção e vigilancia pocivel*") e que deveria ser cumprida em curto prazo (que "*as fizecem dentro de treis meses*").

Provavelmente será essa a primeira manifestação oficial explícita feita em favor da aparência física fortalezense.

A administração do Governador Sampaio

Em 1812 chegam à vila do Forte o Coronel Manuel Ignacio de Sampaio, 4° governador da Capitania, e seu ajudante de ordens, o

Tenente-coronel Antônio José da Silva Paulet. Ambos permanecem até 1820, retornando pouco depois a Portugal com a comitiva de D. João VI(03).

Os registros históricos apresentam Sampaio como militar enérgico e empreendedor mas também amante das letras, tendo patrocinado um círculo palaciano de poetas, cujas animadas reuniões ficaram conhecidas por Outeiros.

No campo das realizações materiais, a administração de Sampaio ficou marcada por obras de vulto, tais como a nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, o edifício do mercado da vila e a abertura de ruas retas, com cruzamentos em xadrez .

A construção da nova fortaleza, em pedra, tijolos e cal, constituía uma aspiração acalentada pela população, marcada mais pelo simbólico do que pela necessidade bélica. Por seu turno, as obras do Mercado Público comprovavam a presença de um sistema de trocas comerciais em vésperas de consolidação, exigindo espaço específico, enquanto as vias, recém-traçadas, denunciavam a prevista expansão da malha urbana.

Todas as obras da administração Sampaio ficaram a cargo do seu ajudante de ordens Antônio José da Silva Paulet. Materializavam desejos gerais, traduzidas por solicitações explícitas da Câmara Municipal fortalezense. Na presente comunicação, apenas nos interessa o traçado oferecido por Paulet para expansão da vila.

Antônio José da Silva Paulet

Antônio José da Silva Paulet (1778-1837) era português de Vila de Nogueira de Azeitão, nos arredores de Setúbal. Integrante da Armada Real, transferiu-se para o Exército ao chegar ao Brasil,em 1808, como membro do séquito da família real.

Pouco mais de três meses no Ceará e respaldado por Sampaio, Paulet oferece à Câmara uma proposta de organização física da Vila, imediatamente aceita, com certeza porque atendia aos anseios dos vereadores, na verdade já expressos de modo velado nas medidas aprovadas em 28 de abril, acima citadas. Infelizmente, no atual es-

(03) – Sampaio deixou o Ceará para servir como Governador da Província de Goiás, onde pouco demorou. Paulet foi transferido para o 9º Comando de Fronteiras no Rio Grande do Sul e, logo depois, nomeado Comandante de Armas do Ceará. Entretanto, não chegou a tomar posse neste último cargo por ter regressado a Lisboa em 1821 na comitiva de D. João VI, juntamente com Sampaio. Em Portugal, participou das lutas liberais ao lado do nosso Pedro I, tendo ação destacada no cerco do Porto.

tado de nossas pesquisas não podemos afirmar se a contribuição de Paulet foi feita por decisão pessoal sua, por determinação de Sampaio ou por solicitação dos camaristas.

Para melhor entendimento dos fatos, transcrevamos o "*termo de veriação de 8 de julho de 1812*", no seu trecho pertinente:

> ..... Accordarão mais em abrirem hum officio do Illustrissimo G^{or} desta Capitania Manoel Ignacio de Sampaio da data de oito de julho do corrente anno sobre o Plano de edificação desta Villa. Abrioce outro do Tenente Coronel de Enginheiros Antonio da Silva Paulet ao qual acompanhava a correpção do Plano desta Villa e se julgou muito util e digno de se por em pratica e que daqui por diante todo aquele que quizer edificar será obrigado a cumprir a risca o dito plano o qual ficará guardado na mão do Procurador do Concelho o que se fixa em Editais (Livro de Atas da CMF p. 67 e 67 verso).

Lamentavelmente, o desenho do plano elaborado por Paulet, nem mesmo em cópia, chegou aos dias presentes. Alguma idéia da proposição pode porém ser formulada pelo exame do encarte inserido na "*Carta da Capitania do Ceará e costa correspondente levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, pelo seu ajudante de ordes, Antonio Jozé da Silva Paulet no Anno de 1813.* Essa carta, nunca referida pelos historiadores ligados à matéria (inclusive o Barão de Studart), integra a Mapoteca do Itamarati, no Rio de Janeiro. Foi aliás transcrita recentemente em obra monumental, editada em 1993 pela Fundação Emílio Odebrecht, com pesquisas, texto e seleção cartográfica da Dra. Isa Adonias, antiga Diretora da Mapoteca. (Fig. 2)

Sabe-se também que em 1813 executou a abertura de uma rua do lado oriental do riacho Pajeú, então obstáculo físico ponderável à expansão da vila para o leste. Essa rua nascia no Largo da Matriz (Praça da Sé), dirigindo-se em linha reta para o sul, até encontrar uma curva do riacho. A nova via recebeu inicialmente a denominação de Rua do Norte, entretanto logo alterada para Rua do Sampaio (hoje, Rua Governador Sampaio). Por certo se destinava a balizar algum sistema ortogonal, provavelmente desejado para o trecho leste da cidade, todavia não consubstanciado por conseqüência de posterior intervenção, como se verá.

A participação de Paulet, na verdade, ocorreu na parte plana da vila, quer dizer, já fora da encosta que marginava o riacho Pajeú e dos dois morros situados perto da praia, que o conduziam ao mar. Essa parte plana, ou melhor, essa espécie de planalto onde veio a se desenvolver a zona central da cidade, ficava delimitada, a norte, por

uma rua ou caminho *grosso modo* paralelo ao mar, aberto em continuação ao lado sul do quartel da Fortaleza, e a leste, pelo trecho da vila já construído na margem ocidental do riacho e acomodado às suas curvas.

O *plano* de Paulet ocupava área diminuta: constava de duas ou três "ruas" perpendiculares à linha de continuação da divisa do terreno do quartel da Fortaleza, portanto paralelas e dispostas na direção norte-sul, além de cortadas ortogonalmente por "travessas"(04).

A aplicação do plano foi conseqüente, esmerando-se a Câmara Municipal em desapropriar e desfazer as poucas edificações que não se enquadravam nos novos alinhamentos. A construção de sobrados de vulto entre 1825 e 1830, fato verificado após a saída de Paulet, balizando esquinas recém-delineadas e já situadas a meio quilômetro do quartel, demonstra como a cidade acolhia favoravelmente a sua nova forma urbana.

Antecedentes do novo traçado

Algumas hipóteses concernentes à escolha do tipo de malha aplicada por Paulet podem se levantadas. Registremos algumas delas, objetivando melhor entendimento do processo:

a. Escolha do traçado de xadrez como forma milenar de expansão urbana premeditada, usual entre gregos e romanos quando da fundação de estabelecimentos coloniais. Essas soluções de vertente clássica, já envolvidas por conceitos renascentistas, foram aliás aplicadas por espanhóis e ingleses na América. Em suma, trata-se de traçado comumente empregado, até hoje, em situações concernentes a ampliações urbanas.

(04) – Conforme informação prestada pela arquiteta professora doutora Annie Günther, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Paulet projetou uma rua em curva para o Porto, durante sua permanência naquela cidade, quando das lutas liberais. O abandono do emprego do traçado de ruas retas pode ter relação com influências de paisagismo romântico recebidas na Inglaterra. Condenado pelos miguelistas, Paulet buscara refúgio naquele país conjuntamente com o numeroso grupo de revolucionários portugueses que, seguindo D. Pedro IV (o nosso Pedro I), viriam a invadir Portugal. Desembarcando nos arredores do Porto, dominaram a cidade mas tiveram de sustentar vitoriosamente penoso e prolongado cerco dos absolutistas. Nessa ocasião, Paulet ocupou alto posto nas operações militares, sendo responsável pelo Trem do Ouro, ou melhor explicado, pelo Trem de Artilharia de Lordelo do Ouro, arrabalde portuense localizado numa encosta do rio Douro.

b. Recordações do traçado de xadrez aplicado nas ditas *vilas novas*, implantadas na Europa dos séculos XIII e XIV e introduzidas em Portugal no período de formação do Reino, para ajudar as mais das vezes na ocupação do solo conquistado aos árabes. Esse traçado ou talvez sua lembrança, por certo então já impregnado de visões renascentistas, encontrou guarida no entendimento dos portugueses, que o aplicaram no Brasil do primeiro século, ora em pequenos trechos urbanos onde a topografia se mostrava favorável, ora com malha esgarçada por ter de se inserir no relevo circundante.

c. Reminiscências da legislação reinol, concernente à abertura de ruas largas e retas,aplicadas às vilas instaladas no século XVIII,e empregadas no Ceará, como já nos referimos. Os resultados formais dessas determinações, não cumpridas à risca, diferem um pouco do traçado em xadrez rígido, pois cidades como o Aracati e o Icó apresentam sistema de vias longas e paralelas, às vezes retas. Todavia, como são entrecortadas por ruelas cuja repetição ocorre em intervalos diferenciados, resultaram quarteirões de comprimentos variados. Ainda em termos de Ceará, cite-se a diminuta vila de Baturité, também beneficiada com a mesma legislação real, com seu risco comandado por uma praça retangular demarcada na data da instalação (1764), mas cujo desenvolvimento da malha não veio a caracterizar os dispositivos da respectiva carta-régia. Tentativas setecentistas, com melhores resultados quanto à manutenção de traçado inicial, podem ser observadas em outras regiões, como em Mariana / MG ou nas fundações militares do Mato Grosso.

d. Conseqüência direta da solução aplicada na reconstrução da Baixa lisboeta, cujas obras ainda se encontravam em andamento nos dias da mocidade de Paulet. Esta hipótese representa um somatório das demais anteriormente citadas e, além do mais, valorizava-se simbolicamente com o prestígio de sua adoção na velha capital do Reino.

Expansão urbana em meados do século XIX

Elevada à categoria de cidade em 1823, a Fortaleza era ainda a mesma diminuta aglomeração da década anterior. Somente já em meados do século, a Câmara manifesta o desejo de expandir a cidade

não apenas para o oeste, ampliando a malha iniciada por Paulet, mas também busca traçar novas ruas para leste, além do riacho Pajeú, e para o nordeste, a fim de ligar o núcleo que já se adensava junto do porto, ou melhor, do ponto de embarque.

Essas aspirações ficam patenteadas na *Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo Padre Manoel do Rego Monteiro*. O desenho mostra inúmeras quadras sem ocupação, indicando um traçado de expansão para o leste da cidade. (Fig. 3) Essa parte, situada além do riacho Pajeú, não se mostrava como continuidade das quadras em xadrez já abertas na zona central, do que resultavam dificuldades para estabelecer sua representação correta, representação que deixava de traduzir com exatidão quer a realidade quer as possibilidades de expansão urbana. A execução de um traçado confiável teria forçosamente de recorrer ao rigor técnico de aparelhos topográficos, abandonando o velho e usual processo das cordas de medir.

O citado Padre Rego Monteiro (1829-1867), futuro bispo de Olinda, ordenado no Seminário daquela cidade, e posteriormente doutorado em Direito Civil e Cânones em Roma, recebera ordens três anos antes da elaboração da planta, serviço para o qual deve ter contado com a ajuda do mestre Simões de Farias.

O português Antônio Simões Ferreira de Farias por longo tempo ocupou o cargo de arruador e cordeador da Câmara, constando como autor de duas plantas da cidade, datadas de 1850 e 1852 (plantas que desconhecemos). Funcionário idoso, na ocasião se queixava de não mais dispor de condições físicas para executar as tarefas de sua alçada. No fim de contas, nada menos do que quatro décadas antes, entre 1815 e 1818, fora o construtor do projeto de Silva Paulet para o Mercado Público da então vila.

Diante de tal situação, a Câmara decide solicitar a contribuição profissional de Adolfo Herbster, aliás já contratado como engenheiro da Província.

A contribuição de Adolfo Herbster

As considerações sobre a participação de Adolfo Herbster na vida fortalezense na segunda metade do século XIX e sua contribuição à expansão urbana da Capital cearense exigem algumas informações prévias que nos permitimos expor.

A situação das obras públicas da Província

O pernambucano Francisco Xavier Paes Barreto (1821- 1864) assumiu a Presidência da Província do Ceará em 13 de outubro de 1855, permanecendo no cargo até meados de 1857. Ao formular seus planos de trabalho, defronta-se com dificuldades específicas, sobre as quais assim se expressa em seu relatório enviado à Assembléia Provincial em 1855:

> "Não havia nesta Provincia, quando a ella cheguei, um só engenheiro. Todas as obras publicas erão feitas sem orçamento, e muitas vezes sem planta, sendo dirigidas por pessôas que pouco ou nada entendião do serviço de que se encarregão. É fácil conjecturar os inconvenientes rezultantes de um total systema. Para obvial-os, mandei contractar um engenheiro civil em Pernambuco, encarregando dessa commissão o Exmo. presidente daquella provincia que de bôa vontade se prestou á minha requizição. Acha-se já na provincia o engenheiro civil Adolpho Herbster, ao qual tenho encarregado da direcção de todas as obras publicas assim geraes como provinciaes. Segundo o contracto obrigou-se elle a servir por tres annos mediante o ordenado de 2:400$000 reis."(05)

Continha meias verdades a alegação de Paes Barreto. Ainda havia pouco, com efeito, as obras de Província vinham sendo realizadas com dignidade e devida competência pelo malogrado engenheiro militar Manuel Caetano de Gouveia Filho (1823-1852), autor do projeto da nova Cadeia Pública e seu construtor na fase inicial(06). Na ocasião, uma reforma administrativa perpetrada na Repartição de Obras Públicas, de que resultou a entrega do comando dos serviços a leigos e políticos, tinha provocado a lamentável situação encontrada pelo novo presidente.

De qualquer modo, o depoimento de Paes Barreto informa-nos da maneira como Adolpho Herbster se transferiu para o Ceará, contratado pelo governo provincial de Pernambuco, então dirigido por José Bento da Cunha e Figueiredo(07), e posto à disposição da Presidência cearense. Decorridos os três anos de cessão, Herbster teve a sua designação confirmada a 24 de novembro de 1858, já na administração João Silveira de Sousa.

---

(05) – BARRETO. Francisco Xavier Paes – Relatório apresentado à Assembléia Provincial em 1855, p. 11.

(06) – Gouveia não aceitava escravos como trabalhadores em suas obras.

(07) – José Bento da Cunha e Figueiredo (1808-1891), Visconde de Bom Conselho. Presidente da Província de Pernambuco de 1853 a 1856. Não deve ser confundido com José Bento da Cunha e Figueiredo Filho (1833-1885), seu filho e presidente da Província do Ceará em 1863-1864.

Referências familiares

João Adolpho Herbster, ou simplesmente Adolpho Herbster, nasceu no Recife a 14 de maio de 1826. Era filho do *ébéniste* Jean Baptiste Herbster, francês (ou suíço) e de Luzie (ou Lucie) Marguerite Herbster, francesa.

Sobre Jean Baptiste Herbster (1795-1848), assim se expressa José Antônio Gonsalves de Mello[08]:

> "Jean Baptiste Herbster, marceneiro / Sepultado em 19 de março de 1848 / Era ao que parece, suíço e foi competente marceneiro no Recife, Aterro da Boa Vista n. 27, em cuja oficina foi, por algum tempo, contramestre e depois famoso o marceneiro alemão Remígio Kneip. Faleceu com 53 anos. A descrição de sua oficina lê-se no Diário de Pernambuco de 14 de janeiro de 1853. Deixou um filho do mesmo nome". (Mello, J. A. G. de – *Ingleses em Pernambuco*, edição do IAHGPe. Recife, 1972, p. 47 e 48).

E acrescenta:

> "No Diário de Pernambuco de 4 de julho de 1842: João Baptiste Herbster vai a Europa com seu filho João Adolpho Herbster".

Jean Baptiste devia gozar de prestígio profissional e de tranqüilidade financeira. Nada porém se sabe dessa viagem, embora seja provável que o jovem Adolpho, então com 16 anos, houvesse permanecido em Paris, estudando ou trabalhando em algum setor da construção civil. Também se desconhece em que data Adolpho Herbster retornou ao Brasil, conquanto uma pesquisa exaustiva nos jornais pernambucanos da época venha a revelar dados esclarecedores.

De qualquer modo, pode-se afirmar que em meados da década de 50 já estava de volta, conforme se constata nos termos do "contracto com Adolpho Herbster para servir como Engenheiro da Província, 21 de novembro de 1855", guardado no Arquivo Público do Estado de Pernambuco – (códice "Contractos" – 1849-1868)

Titulação profissional

O título de engenheiro acompanha todas as citações oficiais alusivas à pessoa de Herbster. O testemunho de seus contemporâneos sempre se faz de modo encomioso, exaltando-lhe as qualidades morais e a competência profissional. Os elogios que lhe devota um João Brígido, violento e impiedoso praticante do jornalismo cáustico, demonstram o elevado conceito de que Herbster desfrutava.

---

(08) – Todos os dados ora apresentados sobre personalidades pernambucanas e particularmente sobre Adolpho Herbster e sua família me foram gentilmente fornecidos pelo arquiteto professor doutor José Luiz Mota Meneses, a quem agradeço.

Entretanto, até hoje, não nos foi possível encontrar quaisquer dados objetivos quanto à formação profissional do engenheiro.

No Brasil somente após a criação da Escola Politécnica da Corte, em 1874, e da Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, em 1876, é que começaram a ser expedidos diplomas de engenheiros civis por escolas civis. Até aquela época, e desde o período colonial, mesmo vinculados a atividades civis, todos os profissionais recebiam titulação em instituições militares. No início do século XIX, foi criada por D. João VI a Academia Real Militar, no Rio de Janeiro, transformada em Academia Imperial Militar após a Independência. Embora ainda se mantivesse ligada ao Ministério da Guerra, porém sem se dedicar exclusivamente ao ensino militar, tornou-se Escola Central em 1858, época em que Adolpho Herbster já vivia no Ceará. Impõe-se contudo assinalar que, à parte modificações e novidades introduzidas posteriormente, a Academia Militar desde 1842 já diplomava engenheiros civis, bacharéis e doutores em Matemáticas e em Ciências Físicas e Naturais(09).

Adolpho Herbster não era engenheiro militar, pois jamais se apresentou como tal, além de não pertencer ao Imperial Corpo de Engenheiros, cujos membros permaneciam temporariamente em locais para onde eram designados. Apesar de ter vivido em Paris, não se titulou em duas escolas às quais solicitamos informações pertinentes. No caso, tanto a École Polytechnique (esta então, e ainda hoje, ligada ao Ministério da Guerra, mas aceitando alunos civis, à semelhança do nosso ITA) como École des Ponts-et-Chaussées declararam não guardar em seus arquivos qualquer referência a Herbster, mesmo entre os estrangeiros ouvintes ("auditeurs externes")(10). Ainda assim, pode-se admitir a hipótese de Herbster ter-se diplomado em outras escolas francesas que à época formavam engenheiros.

Alguma informação complementar talvez venha a ser conseguida na École des Arts et Manufactures e no Centre d'Accueil et de Recherche des Archives Nationales de France, entidades que ainda não responderam a consultas por nós enviada. Também não fica eliminada a tentativa de prosseguir pesquisas em arquivos brasileiros, pois Herbster aparece às vezes referido como "doutor", título conferido àqueles que defendiam tese na Academia Imperial Militar.

De qualquer modo, não podem pairar dúvidas quanto ao fato de Herbster ser diplomado, pois a Resolução n. 1161, de 3 de julho de 1865, "Aprovando posturas da câmara municipal da cidade da For-

(09) – BARATA, Mário – *Escola Politécnica do Largo de São Francisco*. Cap. III, p. 43-56.

(10) – Informações prestadas por aquelas instituições francesas em cartas endereçadas ao autor.

taleza", assinada pelo Presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, declara textualmente: "SECÇÃO X / Do Architecto / art. 13 – Ao Architecto, que será engenheiro formado nas Escolas do Império, ou estrangeiras incumbe: ..."[11]

Herbster, Engenheiro da província

As atividades de Herbster como engenheiro da Província, conquanto relevantes, não constituem o objetivo deste trabalho. À parte uma longa relação de edifícios menores, puramente utilitários, bem como de casas de câmara, cadeias, armazéns, complementação de obras paralisadas ou modificações de obras, Herbster projetou dois teatros, aliás, não construídos[12].

De suas realizações, a mais significativa (embora com autoria discutível) é o projeto da Assembléia Provincial, tombado como Monumento Nacional brasileiro (atualmente, Museu do Estado). Edifício de feição neoclássica, foi resolvido consoante um partido simétrico, em dois pavimentos, fazendo-se a entrada nobre por via de um pórtico de pedra lioz (portuguesa). Os interiores acusam silharia de azulejos estampilhados nas circulações e as paredes dos gabinetes eram revestidas de papel, hoje removido.

---

(11) – O plural de *escolas* fazia concordância com *estrangeiras* pois no Brasil havia na ocasião apenas a Escola Central na Corte. À guisa de ilustração, transcrevemos na íntegra a Resolução nº 1161, na parte referente às "obrigações do Architecto: Art. 13. Ao architecto, que será engenheiro formado nas escolas do Imperio, ou do estrangeiro incumbe: / § 1º – Alinhar as ruas, praças, pontes, caes, estradas, casas e toda e qualquer obra de architectura, medição, arqueação, perfil, nivelamento e calçamento. / § 2º – Dar a planta, plano e orçamento de qualquer obra municipal. / § 3º – Inspeccionar as obras da câmara, quer se fação por contracto, arrematação, ou administração. / 4º – Levantar a planta da cidade, e povoações do município, quando lhe for ordenado pela câmara. / 5º Dar seu parecer por escripto, quando assim o exigir a câmara, ou seu presidente." A Resolução n. 1365, de 20.11.1870, repetia os parágrafos ora citados, ampliando as obrigações do "architecto", agora distribuídas em 13 parágrafos.

(12) – Um teatro foi projetado em 1859, em parceria com o francês Berthot, a pedido do presidente João Silveira de Sousa. O outro teatro foi projetado em 1872, juntamente com o engenheiro militar cearense José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (1839-1891), obra para a qual fora destacada uma verba de cem contos. São desconhecidos os desenhos de ambos os projetos. Houve mais uma tentativa de construção de um teatro na cidade entre aquelas duas datas. Seria o Teatro Santa Teresa, assim denominado em homenagem à Imperatriz. Teve sua pedra fundamental lançada em 11.02.1864, com provável projeto do engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo, que arrematou as obras por 126:500$000. Também, como os outros, esse teatro não foi construído.

A construção foi demorada, conhecendo várias paralisações, pois os trabalhos, em boa parte comandados pelo próprio Herbster, se iniciaram em 1857 mas a inauguração do edifício somente ocorreu em 1871.

Herbster, "Architecto da Câmara Municipal"

Fizemos anteriores referências à situação com que a Câmara Municipal deparava, tendo em vista os problemas gerados pelo desinteresse e pelas limitações de idade enfrentadas pelo arruador Simões de Farias.

As incorreções do mapa preparado pelo Padre Rego Monteiro em 1856, quando Herbster já vivia na cidade, demonstravam a impossibilidade de se querer nortear ou mesmo acompanhar de modo controlado a expansão urbana fortalezense em um meio que não contava com um mínimo de recursos humanos. Na verdade, o recente processo de crescimento da cidade impunha encerrar o ciclo de atividades desempenhadas por práticos sem condições de entender as transformações urbanas e de interpretá-las, nos projetos, por via de formulações teóricas, explicita ou implicitamente. Também já não havia lugar para leigos vontadosos, amadores sem compromisso com o rigor que o momento exigia, principalmente ante os desentendimentos causados pelas desapropriações necessárias ao enquadramento da cidade à malha urbana proposta, fosse quanto às localizações e aos alinhamentos fosse quanto ao valor das indenizações.

Na ocasião, a Câmara contava com engenheiros à escolha, mas as preferências fatalmente recairiam sobre Herbster, pois não sendo militar nem estrangeiro, tinha sua permanência na cidade descompromissada da ingerência de terceiros.

Assim, a Câmara Municipal decide contratar os serviços de Adolpho Herbster, conforme consta da Ata da sessão de 8 de janeiro de 1857:

> "O Sr. Presid^e. fez ver que o Arruador Antonio Simoens Fer^a. de Farias, não pode desempenhar este lugar quasi porque está fora da Cidade, ficando muitas vezes empatadas as obras dos particulares por não estar presente o mesmo arruador". / "Resolveo-se que seja o mesmo Arruador dispensado e que se contractasse com o Engenheiro da Provincia para sel-o tambem da Camara obrigando a cordoação e

tudo o que mais for concernente a sua Profissão mediante a paga de quinhentos mil reis, contra o voto do Sr. Gouveia."[13]

Adolpho Herbster radicou-se no Ceará. Desde aquela data, inicia-se a sua longa participação na organização física da cidade. Em sua terra de adoção, casou-se, enviuvou e casou-se novamente, vindo a falecer na Fortaleza a 12 de novembro de 1893.

Vida profissional

A expansão da cidade em xadrez já estava decidida, quando Herbster assumiu suas funções de arquiteto da Câmara.

Impõe-se, entretanto, saber qual a participação que Herbster manterá no processo, particularmente quanto à ocupação das glebas do lado leste do riacho Pajeú e do recobrimento das radiais nascidas no centro da cidade, todas velhos caminhos de comunicação com o interior da Província.

A visão dos vereadores quanto à expansão urbana se pautava pela aplicação inquestionável de um plano em xadrez. Esse plano, certamente aceito por via de um entendimento cultural e, como já foi dito, na verdade defendido com rigor tanto pelos camaristas como pela população em geral, entrara em execução antes da chegada de Herbster à cidade. Admitindo um pensamento unívoco sobre a matéria, é possível que Herbster fosse o executante das idéias comuns a todos, entretanto tratadas consoante um toque pessoal seu, idéias cuja realização obrigavam-no a se cingir às especificidades físicas, sociais e econômicas da cidade.

---

(13) – Oito anos depois, a Revolução nº 1.161, de 03.07.1865 aprovando as posturas da Câmara relativas à remuneração dos servidores, confirmava os vencimentos iniciais de 500$000, enquanto a Resolução nº 1.366, de 23.11.1870 registrava um aumento para 800$000. Os vencimentos do advogado permaneciam os mesmos (400$000), enquanto os do médico ascendiam a 1:000$000. Os diplomados, talvez por apenas trabalharem quando convocados pela Câmara, ganhavam menos do que os demais funcionários e ainda menos do que os diplomados que exerciam cargos idênticos nos serviços da Província. Como informação comparativa, apresentamos os ganhos dos burocratas da Câmara, os quais, obrigados a expediente contínuo, recebiam: Secretário da Câmara – 1.200$000; Fiscal da Capital – 1:000$000; ajudante do secretário da Câmara – 900$000; porteiro – 800$000; contínuo, amanuense arquivista e zelador do material da Capital – 600$000, além de vencimentos menores para subalternos. A fim de avaliarmos o valor da moeda, assinalemos que em 1859 "vendia-se um boi erado por 30 ou 40 mil réis", e um "operário de sol a sol percebia 600 réis diários" (Braga, Renato, *História da Comissão Científica de Exploração*, p. 43).

De qualquer modo, pode-se afirmar que as suas atividades como "arquiteto da Câmara", posto que limitadas pelo próprio poder dos vereadores, investidos de funções executivas naquela época, incidiam com maior freqüência sobre tarefas de fiscalização da expansão da cidade. Neste ponto, não se deve esquecer que a folha de realizações técnicas, tanto no caso de Herbster como nos de todos aqueles que se dedicam ao serviço público, se pauta por um cotidiano profissional caracterizado pela rotina, sem eventos maiores.

Sobre o mais, os seguidos códigos de posturas, particularmente após o de 1865, ampliado em 1870, faziam exigências cujo cumprimento resultava no dimensionamento dos espaços públicos e no próprio desenho das fachadas, marcado pela uniformidade das alturas e dos vãos, com soluções alheias à interveniência pessoal dos projetistas.

A proposta de um sistema de evacuação superficial das águas pluviais da cidade, preparada como engenheiro da Província e exigida pela pavimentação das ruas, que então se iniciava, parece ter oferecido a Herbster oportunidade de se familiarizar com o meio físico onde começava a atuar. O trabalho deve ter sido acompanhado de levantamentos setoriais da cidade, pois no Arquivo Público consta um desenho da Praça Carolina e adjacências, elaborado por Herbster na ocasião.

O acervo de experiências preliminares deve ter permitido a rápida execução da "Planta Exacta da Cidade", trabalho datado de 1859. A absoluta correção dessa planta (conquanto tenha recebido modificações em 1861) se antepunha aos desenhos de terceiros, anteriormente citados, representativos de uma irrealidade espacial. Os citados trabalhos de Herbster para a Província, a que se juntavam projetos e obras de arquitetura, parecem ter conferido ao seu autor imediato e especial conceito, nascido da confiança depositada em sua capacidade profissional.

Tanto assim que, já no próprio ano de admissão ao serviço da Câmara, os vereadores propunham se criasse uma comissão de que "o arquiteto devia fazer parte", a fim de se evitarem discussões intempestivas, com demandas vitoriosas de partes litigantes com a edilidade, em prejuízo dos cofres municipais. (Ata de sessão de 08.07.1859)

Ao contrário do que hoje ocorre, o prestígio da câmara era então incontestável, de modo que sempre acabava por impor as normas do traçado urbano pré-estabelecido, independentemente do poder e da posição social dos proprietários expropriados. Sem dúvida,

problemas outros poderiam surgir quanto ao valor dos pagamentos, tarefa que vai encontrar em Herbster um defensor da cidade tranqüilo e consciente.

Desde então, todas as decisões da Câmara passam a se louvar na opinião de Herbster, em alguns casos oferecida sem consulta prévia aos vereadores. Basta citar o caso da sugestão, logo aceita, quanto à mudança do matadouro, localizado perto da Praia, pois lhe parecia ser melhor "despresar o pouco que ja ha feito e escolher-se novo local" (Ata da sessão de 08.07.1859). Na mesma vereação, decide-se que "o engenheiro Berthot[14] com o Architecto marquem novo lugar para ser edificado o matadouro" (Ata da sessão de 6.18.1859). Pouco se sabe da localização definitiva desse matadouro, tratando-se talvez da obra que veio a ser executada ao pé do morro do Croatá, um pouco a oeste do Cemitério de São Casemiro.

Os vereadores, entretanto, nem sempre se posicionaram favoravelmente a Herbster, pois quando este requereu à Câmara "pedindo attestado de sua conducta e se tem desempenhado com zelo e assiduidade o lugar de Architecto", o "Vr. Justa .... disse que não tinha .... tenções de acusar o Architecto", mas "sendo elle Enginheiro da Provincia das Obras Geraes lembrava que o Govº podia mandal-o para fora do municipio em Commissão, e ficar impedido de cumprir suas obrigações" (Ata da sessão de 10-10-1859). Anos depois, voltavam os vereadores a reclamar de Herbster e também do advogado da Câmara por demorarem em atender as eventuais convocações, assegurando não se admitir que viessem novamente "os empregados a dar semelhantes faltas". (Ata da sessão de 09.06.1871)

A sistematização da expansão

As atas da Câmara comprovam a ação mútua de vereadores e do arquiteto, com iniciativas tomadas ora por aqueles ora por Herbster, quanto não feitas conjuntamente, relativas à problemática da expansão da cidade.

(14) – Pierre Florent Berthot (1833-1898), jovem engenheiro francês, veio contratado pelo governo imperial para examinar a viabilidade do porto fortalezense. Permaneceu no Ceará por quatro anos (1858/1862). De retorno à França, iria desenvolver vida profissional longa e destacada. Conjuntamente com Herbster, elaborou o projeto de um teatro para a cidade, em 1859, por solicitação do Presidente João Silveira de Sousa, como já foi referido. Berthot, diplomado pela École des Arts et Manufactures, de Paris, teria sido colega de Herbster naquela escola? Trata-se de suposição a confirmar.

Quando da gradativa ocupação de algum setor urbano baldio, aplicava-se a planta orientadora da expansão. Assim, torna-se permanente a atividade de Herbster em fornecer alinhamentos solicitados pelos proprietários ou em avaliar o preço das indenizações a serem pagas por edificações construídas antes de definidos os alinhamentos traçados em obediência ao plano[15].

O preparo do Código de Posturas, instrumento normativo da expansão e da estética da cidade, pelo menos até 1870 era organizado pelo Presidente da Câmara, mas discutido para aprovação por uma comissão formada por outros vereadores e por Herbster (Ata da sessão de 06.10.1870).

Quando a cidade conheceu real ampliação de sua área, depois de 1870, Herbster consultava a Câmara "sobre se devia continuar no serviço de abertura de ruas e fincamento de marcos nas condições por elle expostas", tendo os camaristas autorizado a continuação dos serviços (Ata da sessão de 06.10.1873). Pouco depois, a Câmara dizia ter recebido "uma communicação do engenheiro architecto municipal ponderando a necessidade de serem abertas picadas no prolongamento das ruas que ficam para os lados da Jacarecanga, Trindade[16] e Aldeiota; fazer-se o respectivo alinhamento, demarcação dos ângulos, fincando-se [,] nestes [,] toros de carnaúba, pedindo autorisação para este serviço". (Ata da sessão de 14.10.1873)

As plantas da cidade

Durante o período de atividades como "architecto do município", Herbster organizou três plantas da cidade.

A primeira, a que já fizemos referência, data de 1859 . A segunda é de 1875 e a última foi publicada em 1888[17].

As duas primeiras chegaram até os nossos dias por via de cópias, pois tiveram os seus originais destruídos ou extraviados. Da planta de 1888, por haver sido impressa em litografia, muitos colecionadores possuem exemplares remanescentes.

(15) – Em certa ocasião, a Câmara recorreu aos préstimos do engenheiro Berthot, já citado, porque o prosseguimento de uma rua seccionava terreno pertencente a Herbster, constrangendo-se o arquiteto de julgar em causa própria. (Ata da sessão de 20.08.1861)

(16) – A rua da Trindade chama-se hoje rua Solon Pinheiro.

(17) – Referimo-nos às plantas gerais oficiais.

Esses documentos gráficos constituem especial testemunho para entendimento da evolução urbana fortalezense, mesmo porque cobrem um período em que a cidade conheceu evidente progresso material, iniciado em meados dos oitocentos. Nos dias da publicação da planta de 1888, a Fortaleza já apresentava uma estrutura urbana definida, embora a ocupação física dos baldios somente viesse a ocorrer meio século depois. Em outras palavras e sem a intenção de enveredar por determinismos urbanos, a planta de 1888 (e, de certo modo, já de 1875) faz prever a forma que a cidade veio a assumir em dias não muito distantes dos que hoje transcorrem. Talvez a estrutura radial-perimetral da cidade tenha contribuído para esses condicionamentos estruturais, fato também observável em outras cidades brasileiras, entre as quais, como exemplo, se evidenciaria São Paulo, cuja forma urbana se manteve presa aos velhos caminhos de penetração e aos vales de rios e riachos hoje encobertos.

O progresso da cidade

A cidade, como vimos, somente mostra evidências de progresso material após a primeira metade dos oitocentos.

Naquele momento, a superação de vários problemas políticos econômicos do período regencial fomentam aspirações de progresso no Brasil de meados do século. Por um lado, ocorreria a estabilidade política advinda da Maioridade; por outro, os capitais, antes envolvidos com a importação de escravos da África, são desviados para diferentes formas de aplicação em atividades produtivas, já que o tráfico ficara suspenso em decorrência da Lei Eusébio de Queirós em 1850.

Entretanto, proibida a importação de escravos africanos, logo surgiram no País correntes internas de tráfico, das províncias pobres para as províncias ricas. Embora os dados ainda sejam imprecisos[18], o Ceará participou do fornecimento de escravos para as lavouras do Sudeste, ocorrendo maior intensidade de saída de cativos após a seca de 1877-1879. O dinheiro obtido com a venda de escravos cearenses contudo não deve ter pesado no processo de desenvolvimento da Província, mesmo porque, em operações desse tipo, os lucros sempre ficavam com os intermediários.

De qualquer modo, as restrições impostas ao regime escravocrata contavam muito pouco para o Ceará, província onde de uma certa ma-

(18) – Entre 1854 e 1863, num período sem secas, afirmava o Barão Homem de Mello, antigo presidente da Província, ter o Ceará exportado 2.646 escravos (Revista do IHGB, 1872, 2ª parte p. 80-1).

neira prevalecia o trabalho livre ou de agregados[19]. Embora aquela ocasião coincida com um ciclo de prosperidade, prolongado pelo menos por trinta anos, na verdade, o progresso material cearense atingia níveis bastante elevados em conseqüência da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Durante o conflito, por falta do produto americano, o preço do algodão cearense exportado para a Inglaterra alcançou preços nunca imaginados, provocando uma euforia geral, logo acompanhada de ingênuas demonstrações de comportamento perdulário, esvaziando no nascedouro um processo de acumulação de riquezas que poderia ter-se consolidado naquela ocasião.

Essas considerações explicam as visíveis mudanças ocorridas na cidade, comprovadas por qualquer tipo de análise comparativa que se faça entre as plantas de 1859 e 1875[20].

Desgraçadamente, a grande seca de 1877-1879 vai acabar com o clima de animação até então reinante. A redução drástica das riquezas da Província não consegue porém modificar de imediato o comportamento de certas faixas da população, particularmente aquelas envolvidas com atividades intelectuais. O ambiente de efervescência cultural que a cidade vai conhecer até o fim do século bem demonstra a nossa assertiva.

A *Planta Exacta da Capital do Ceará / abril de 1859*

Por volta de meados do século XIX dois fatores negativos impediam a expansão física da cidade, quais fossem a ruim qualidade ou mesmo a falta de tijolos, importados de pontos distantes, e o solo arenoso em que a cidade se implantava.

A utilização de barro de diatomita encontrado no leito das lagoas próximas da Capital passou a fornecer o material para fabricação dos tijolos brancos, leves, achatados, marca inconfundível das edificações fortalezenses, ainda hoje correntemente usados apesar das proibições de emprego da diatomita.

---

(19) – O censo de 1872, o único realizado no período da escravidão, registrou no Ceará um percentual de 4,66% de cativos com relação à população livre. Era o menor do Brasil, excluída a Província do Amazonas, ainda praticamente desabitada. Em São Paulo, o percentual subia a quase 19% enquanto no atual Estado do Rio de Janeiro (Côrte e Província), ultrapassava os 32%!

(20) – O relatório do engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, endereçado ao Presidente da Província e datado de 27.02.1868, falava em um "Progresso do Ceará", argumentando que a arrecadação provincial havia subido de uma média de 81:030$025 entre 1845/1849 para uma cifra de 583:986$162 no ano de 1865!

O domínio do areal teria que ser resolvido com a pavimentação das ruas, feita por calceteiros portugueses especialmente contratados[21], trabalho que implicava na elaboração de um plano de escoamento das águas pluviais. Como já foi dito anteriormente, essa tarefa, de que Herbster se encarregou[22], dá-lhe condições de aprofundar seus conhecimentos sobre a pequena cidade, patenteando-se no preparo da *Planta Exacta da Capital do Ceará / abril de 1859*, entregue à Câmara em 19 de maio de 1859 (cf. ata da sessão da data).

A planta de 1859 (Fig. 4), em escala de "1 por 4000 palmos", quer dizer, de 1:4000, é um retrato da cidade, pois Herbster fez incluir legendas que esclarecem as denominações dos logradouros e a localização de todos os edifícios públicos, civis, religiosos e militares. Estão devidamente assinalados repartições públicas, escolas, igrejas, quartéis, a cadeia, o cemitério de São Casemiro e o pequeno anexo dos ingleses, riachos, pontilhões, açudes, cacimbas (poços) das praças, coqueirais, "arêas", "comoros" (dunas). Como se não se satisfizesse, Herbster indica por meio de convenções gráficas os modos de ocupação e o relevo do solo, apontando os trechos de continuidade predial, as edificações isoladas, praças, largos, hortas, campos cultivados, baldios, zonas periféricas onde se espalhavam em vasto número as casas de palha ("choupanas").

Trata-se, enfim, de um documento da mais alta valia, cuja complementação informativa pode ser tentada com a leitura de descrições da cidade referidas à época. Naqueles dias, a Fortaleza não passava de um pequeno quadrilátero já arruado, justaposto à área ocupada pela vila no começo do século, ainda acomodada ao Pajeú. Mostrava também um pequeno núcleo na "Praia", onde se encontravam a Alfândega e os armazéns de exportação. Aparecem já os primeiros sinais de ocupação da zona leste, a barlavento da Rua do Sampaio, particularmente a Casa de Educandos (atual Colégio da Imaculada Conceição).

---

(21) – O empedramento da cidade nem sempre acompanhou a expansão urbana. Trechos centrais ainda permaneciam sem pavimentação nas primeiras décadas do século atual, à parte o caso comum das pontas de ruas, então conhecidas por "areias", expressão esta de forte demérito social.

(22) – HERBSTER, A. – Plano geral de calçamento. In: Anexos do Relatório do Presidente João Silveira de Sousa à Assembléia Provincial, 1859. Herbster preconizava a adoção de um sistema de duas "bacias" de escoamento das águas. Uma, marítima; a outra, subdividida em sentidos opostos de esgotamento para a Lagoinha e para a Lagoa do Garrote. Ver também, de Herbster, o Regulamento para a Companhia de Calceteiros, enviado à Câmara Municipal de Fortaleza, conforme Ata da Sessão de 22.06.1871.

Inúmeros caminhos de penetração, nascidos no núcleo antigo, espalhavam-se pela periferia da cidade, ligando-a a locais próximos ou remotos. Muitos deles, apagados pela expansão da malha em xadrez, não constarão das futuras plantas, quer dizer, desapareceram do atual sistema de radiais da cidade.

Ainda outras interveniências à expansão urbana de meados do século XIX

Já citamos dois problemas específicos que a cidade enfrentava na época da chegada de Herbster ao Ceará, como fossem as dificuldades de obtenção de materiais de construção (no caso, tijolos e cal) bem como o areal frouxo em que se assentava a malha urbana em expansão. Também vimos como foram resolvidos em parte esses empecilhos, pois sempre houve falta de cal, o que levou ao uso generalizado da argamassa de barro e areia até as primeiras décadas do século XX, mesmo em edificações de alto prestígio social, argamassa de uso aliás facilitado pelo emprego dos tijolos porosos de diatomita.

Outros dois problemas também afligiam a cidade na ocasião. Um, envolvia as dificílimas condições do exercício das atividades portuárias; o outro, o abastecimento de água. O convívio fortalezense com esses entraves à expansão material se prolongou até quase meados do século atual e, de certo modo, ainda não encontraram solução total.

A falta quer de cursos d'água quer de fontes serranas, impedindo a difusão de chafarizes, a par da inexistência de lagoas de maior porte junto da área urbana, induzia à escavação de cacimbas privadas e públicas. O emprego de cacimbas privadas fatalmente redundaria em permanentes preocupações com epidemias ou pelo menos com a constante incidência de doenças gastrointestinais evidenciada pela população. Já as "cacimbas d'agoadas públicas", também chamadas "cacimbas do povo", requeriam ampla área de captação de água, a fim de atender à demanda. Assim, tinham de se manter isoladas no centro de quadras ainda não ocupadas ou pouco ocupadas, decisão da qual resultou a conquista de espaços urbanos posteriormente transformados em boa parte das praças fortalezenses[23].

(23) – Para conhecimento dos problemas fortalezenses de abastecimento d'água e propostas de solução, ver *Água para o progresso de Fortaleza*, 1981 (redigido pelo professor doutor Gerardo da Silva Nobre).

Adolpho Herbster

Girão, R. - *Geografia Estética de Fortaleza, p. 140-1.*

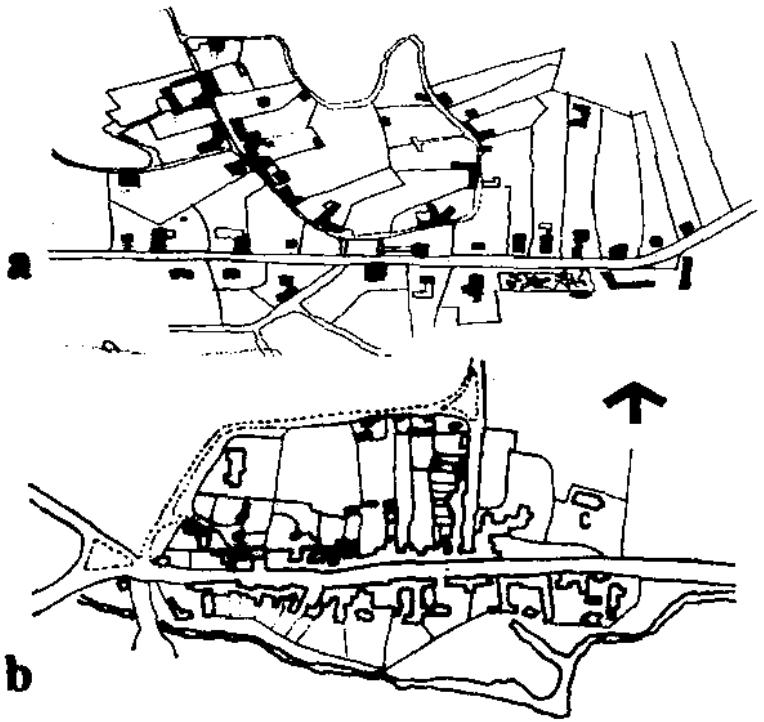

Fig. 1

Povoados europeus de formação linear

a. Esquemas de povoação linear do litoral português (*Arquitetura popular de Portugal*, p. 33).

b."Wycombe Buckingamshire, um claro exemplo de forma de povoado linear" (MORRIS, A. E. J. - *History of Urban Form*, fig. 4.17).

Exemplo de expansão radial-perimetral de origem medieval

A cidade de Milão (GUTKIND, E. A. - *Urban Development in Southern Europe: Italy and Greece*, fig. 174).

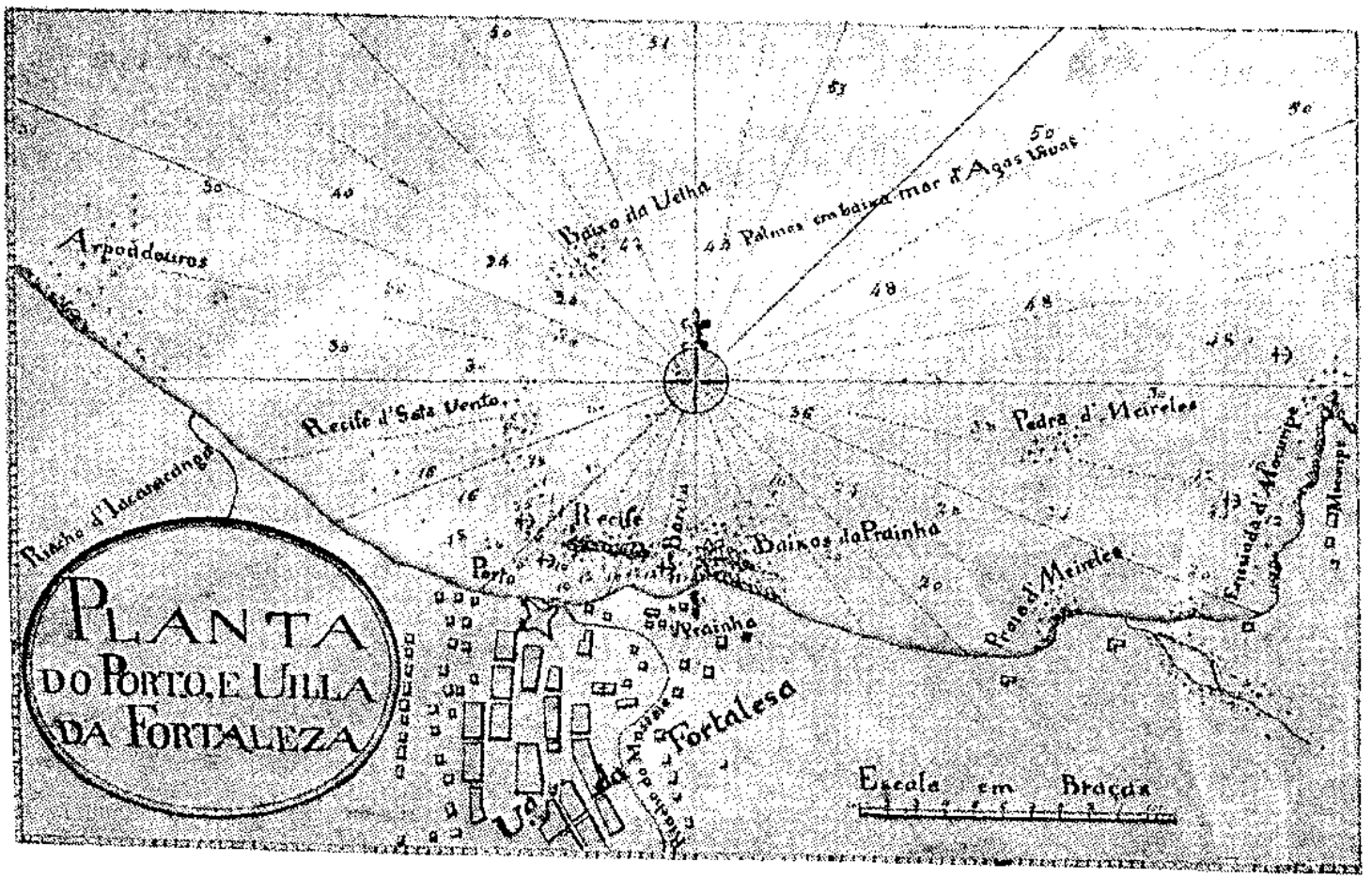

Fig. 2
Fortaleza: **Planta original de A. J. Silva Paulet**, 1813.

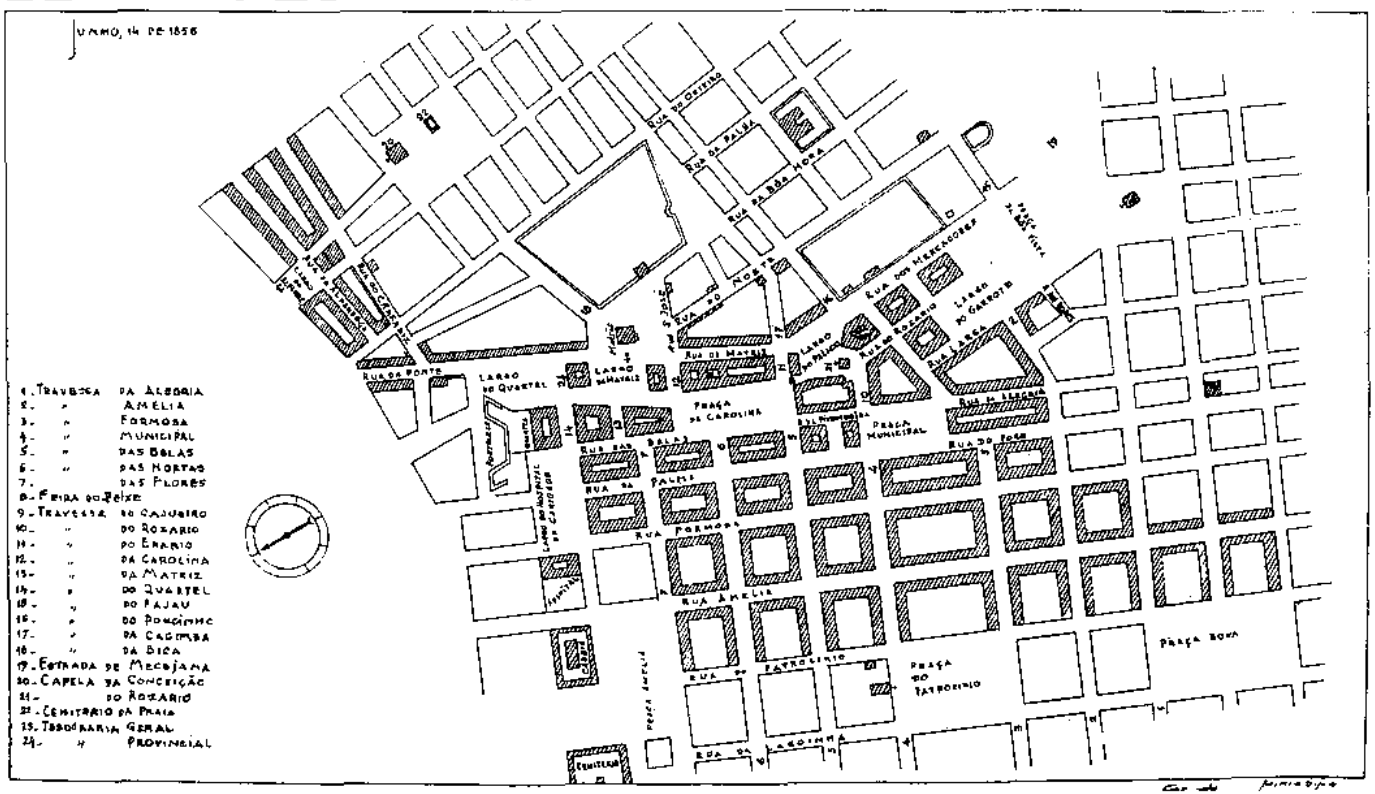

Fig. 3
Fortaleza: **Planta do Padre Manoel do Rego Medeiros,** 1856.

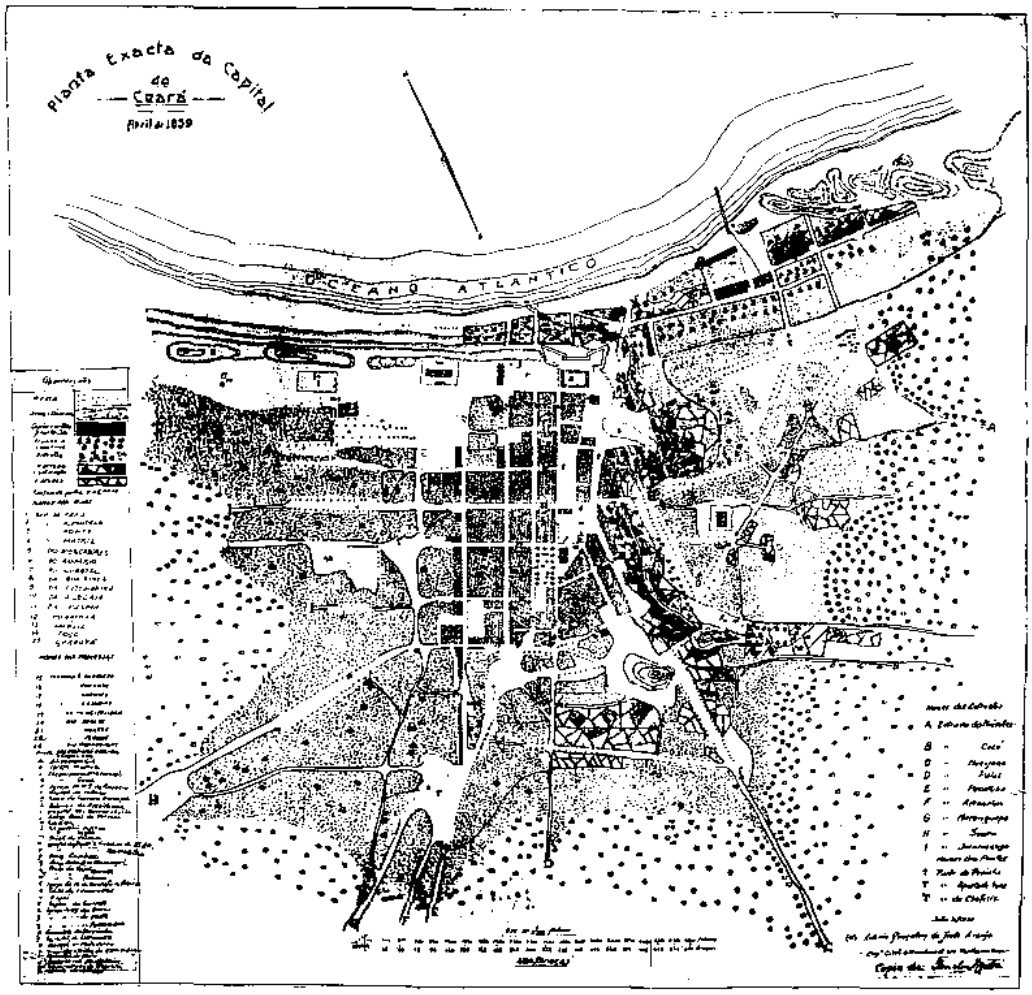

Fig. 4
Fortaleza: **"Planta Exacta da Capital do Ceará"/Abril de 1859** - Adolpho Herbster.

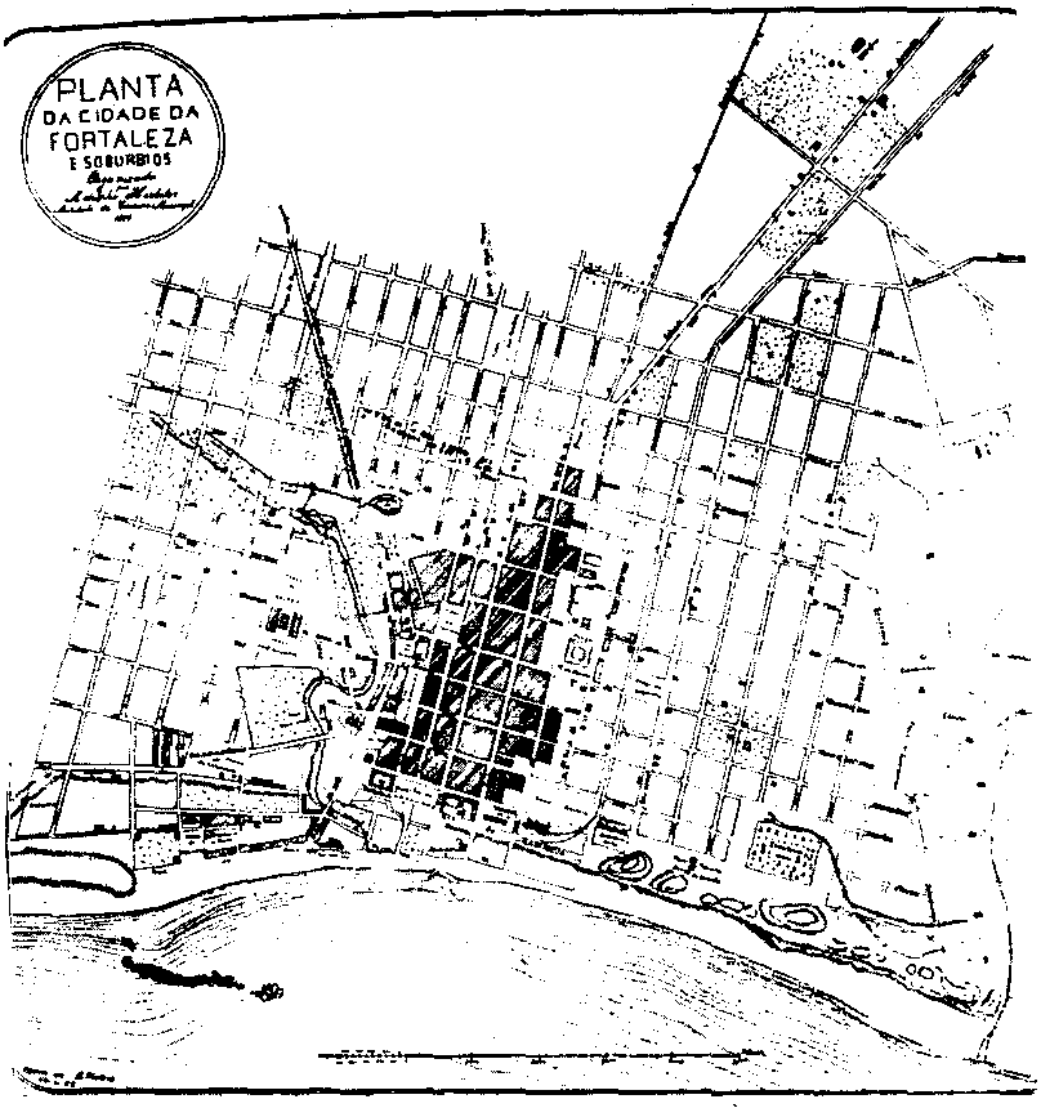

Fig. 5
"Planta da Cidade da Fortaleza e suburbios", 1875 - Adolpho Herbster.

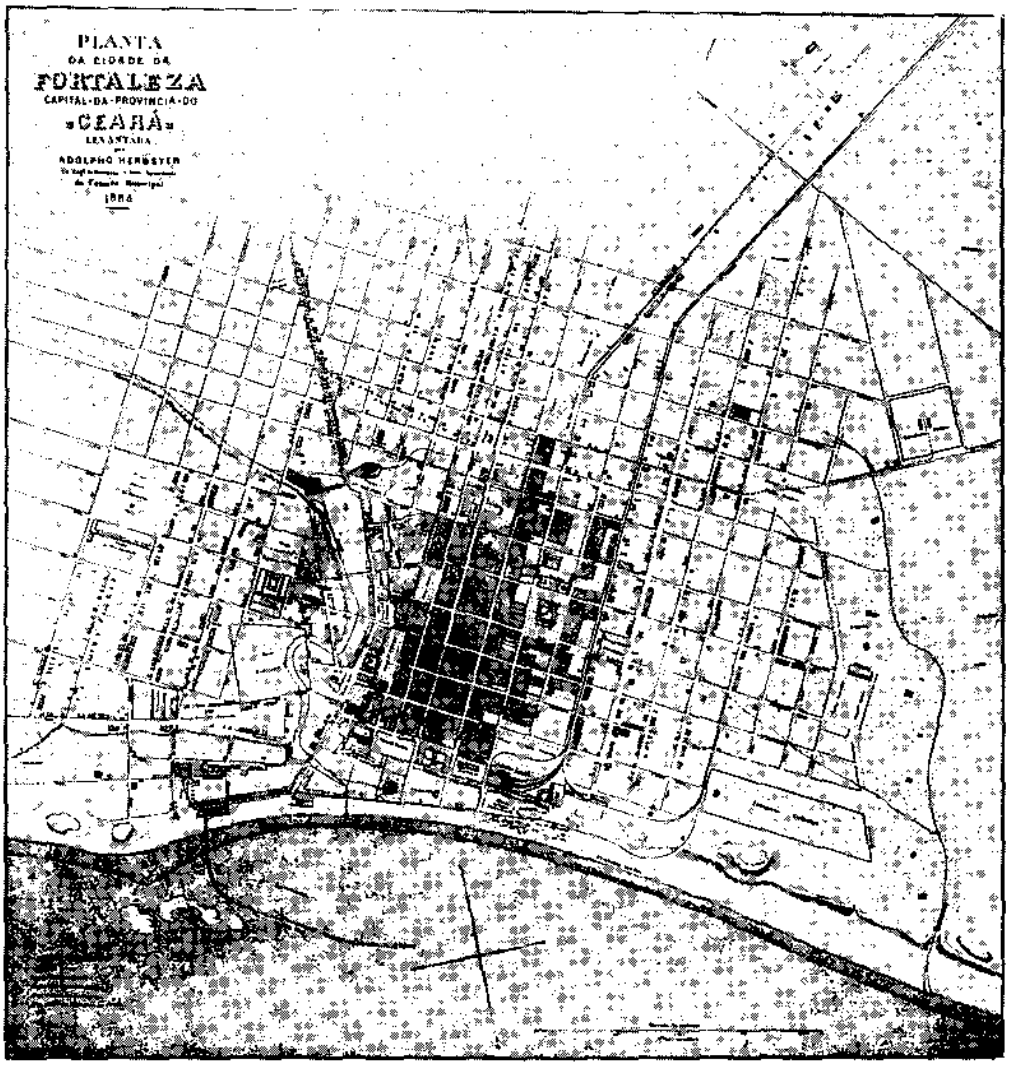

Fig. 6

"Planta da Cidade da Fortaleza / Capital da Provincia do Ceará / Levantada por Adolpho Herbster/1888".

Observar o contraste entre a parte central, fortemente adensada, e a parte periférica, de ocupação rarefeita ou simplesmente projetada.

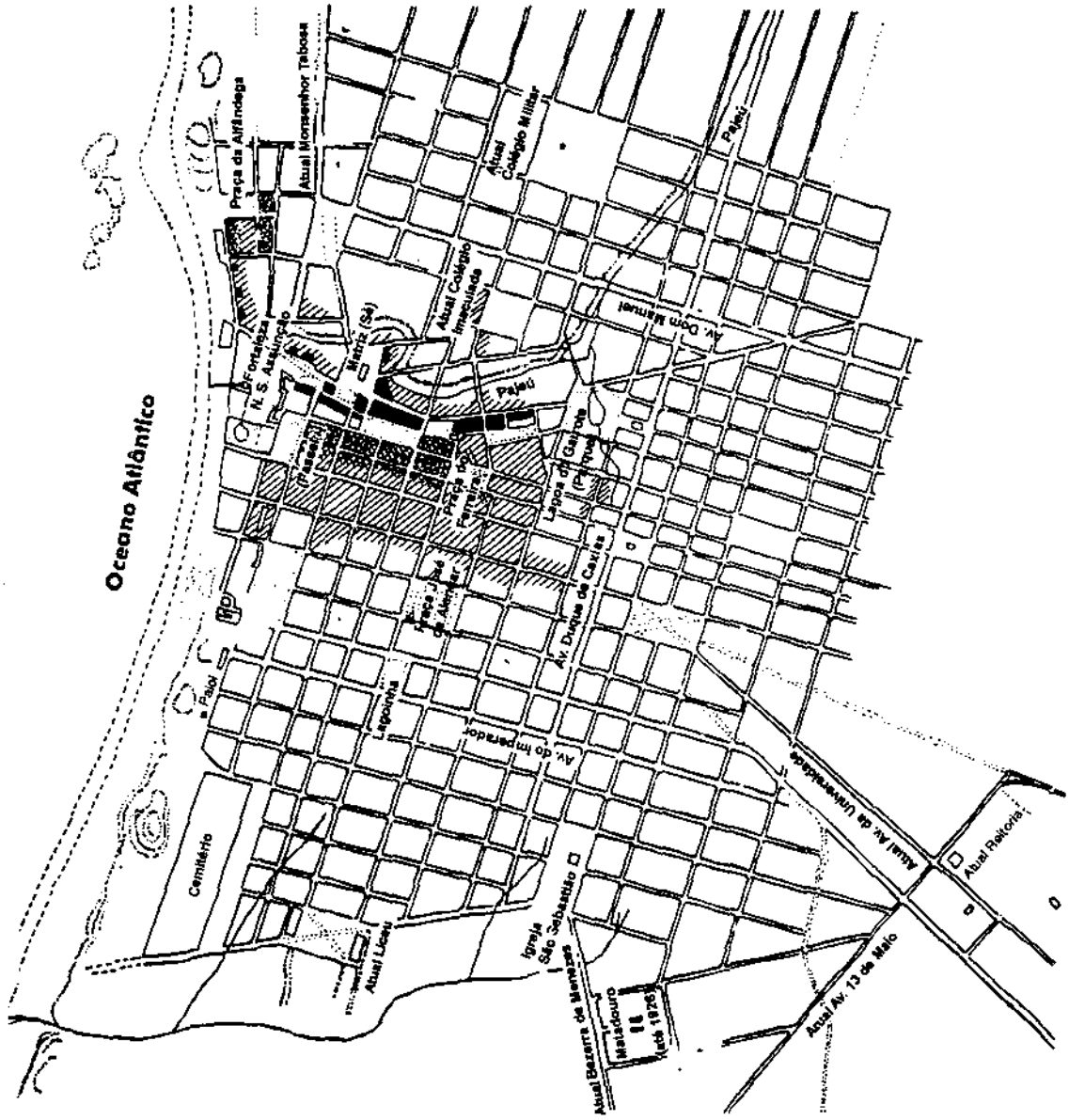

Fig. 7

Fortaleza - **Evolução urbana no século XIX**

Montagem feita sobre cópia esquemática da planta de Herbster de 1888, indicando-se:

- a. A vila do Forte (ocupação linear) - 1799/1813.
- b. A contribuição de Paulet - 1813/ c. 1825.
- c. A planta de Herbster - 1859.

Fig. 8
Fortaleza - **Ocupação urbana em 1988**
Superposição da malha projetada por Herbster em 1888 sobre a cidade um século depois (estão excluídas as extensões urbanas na área metropolitana).

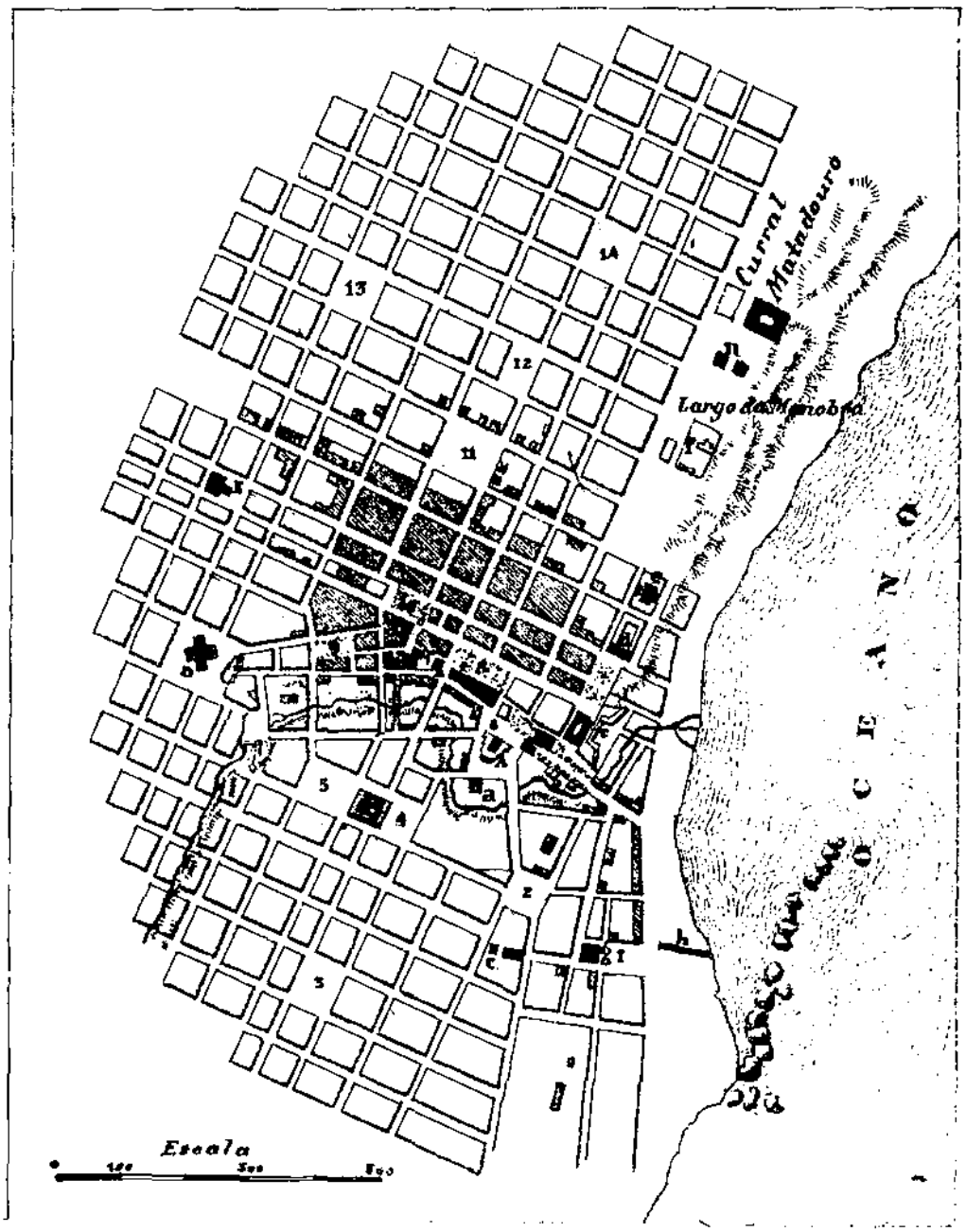

Fig. 9
Fortaleza - **Planta preparada por Adolpho Herbster em 1863**
(Incluída no *Atlas do Imperio do Brazil*, de Cândido Mendes de Almeida)

Como as paredes das cacimbas não ficavam devidamente revestidas de tijolos, ocorria desmoronamento das "barreiras", afetando o abastecimento. A Câmara decidiu então importar de Portugal vultosa quantidade de aduelas de pedras lioz em arco, aplicadas nas várias cacimbas da cidade, à medida em que se fazia necessário[24]. Os aros de pedra da cacimba da Praça do Ferreira (com escavação iniciada em 1857), hoje expostos à vista do público, são testemunha desse ciclo de precários melhoramentos urbanos.

Ainda no que se refere ao abastecimento de água, a única tentativa de conferir tratamento técnico objetivo ao problema redundou em fracasso. Por volta de 1863, começou a ser instalado um sistema de distribuição de água, vendida em chafarizes localizados em determinadas praças da cidade e abastecidos por meio de um encanamento geral, suprido por bombas movidas a caldeiras a vapor. A água procedia de um conjunto de poços cavados no Sítio Benfica, propriedade de Paulino Hoonholtz e cujo nome se estendeu posteriormente ao bairro. A "Água do Benfica" era uma concessão provincial obtida pelo citado Paulino Hoonholtz, logo porém transferida à Ceará (North Brazil) Water Co. Ltda, firma incorporada em Londres. Na mudança de concessão, Herbster teve o nome indicado e aceito pelos ingleses como perito. Infelizmente, as atividades da empresa foram definitivamente suspensas por total inviabilidade de fornecimento de água durante a seca 1877-1879, quando, desde então e por muito tempo, voltou a prevalecer o velho sistema de cacimbas.

Os problemas portuários, que se arrastaram por anos, não conheceram interferência direta de Herbster, cuja participação profissional no setor se traduziu em projetos e obras complementares de pavimentação, construção de armazéns e de ramais ferroviários, além de ter executado um levantamento topográfico do Mucuripe, local onde João Paulino Hoonholtz, notável figura de *developer*, pretendia estabelecer instalações portuárias.

A planta de 1875

As posturas municipais aprovadas pela Resolução nº 1161, de 03.07.1865, Art. 13, rezavam no § 4º que competia ao arquiteto "levantar a planta da cidade, e povoações do municipio, quando lhe for

(24) – A Câmara Municipal escolheu como intermediária local na importação das aduelas de lioz a firma Salgado & Irmão, de origem portuguesa. (Ata da sessão de 23.07.1859)

ordenado pela camara". Cinco anos depois, o Regulamento dos Empregados da Câmara Municipal da Fortaleza, consoante disposto na Resolução nº 1365, de 20.11.1870, repete praticamente as mesmas determinações, como se pode verificar na Secção 10a. / Art. 14 / § 4º – "levantar a planta e organisar o plano de desaguamento da cidade e povoações". Entretanto, em ata da sessão de 15 de abril de 1875, assim se expressavam os vereadores: "incumbiu-se o Sr. Presidente de ajustar com o engenheiro Adolpho Herbster a confecção de uma planta da cidade, dentro dos limites da quantia de 500$000 marcada pelo artigo 15 § 37 da Lei de 24 de outubro de 1874".

A planta de 1875 era um plano oficial de expansão viária, enfim, uma proposta de traçado urbano previamente decidido. (Fig. 5)

Desde meados do século, como vimos, havia uma vontade manifesta de se levar a cidade para o leste, para além do riacho Pajeú, zona essa durante muito tempo conhecida por Outeiro, denominação atualmente em desuso.

Eram aliás dois os "outeiros" (pequenas elevações do terreno). Um, o da Prainha, ficava sobranceiro ao mar, em frente da reduzida faixa portuária, compreendendo a parte mais avançada do tabuleiro sobre o qual a cidade se assenta. O outro "outeiro", o do Colégio (dos Educandos), localizado mais para o interior, constituía uma parte já bem aplanada da ribanceira delimitada por uma curva na margem direita do riacho.

Todo esse trecho da cidade aparece desenhado na planta, oferecendo uma vasta área para ocupação. As dificuldades de ultrapassagem do riacho na zona central haviam agora sido superadas por um ajuste que ampliava a malha da zona antiga à parte sudeste da cidade, onde o relevo topográfico não acusava empecilhos.

Essa solução ficara estabelecida com a introdução de um contorno de avenidas, chamadas "boulevards", formando um quadrado (aberto no lado que faria face com o mar) com avenidas que ainda respondem pela circulação de veículos na zona comercial da cidade de hoje.

A expansão da cidade na zona fora desse circuito utilizava timidamente as radiais como vetores de penetração, compreendendo uma seqüência de chácaras que se agregavam nos arrabaldes mais agradáveis. Consoante o recenseamento de 1872, o município contava com 42.458 habitantes. As atividades rurais ocupavam população numerosa, de sorte que na parte urbanizada não viviam 20 mil pessoas.

Na planta, está indicado o Gasômetro, controlado pela Ceará Gás Company, firma inglesa que fornecia gás de iluminação à cidade desde

1867. A Ceará Gas introduziria as primeiras contribuições tecnológicas da Revolução Industrial ao conforto da cidade, ao mesmo tempo em que a inseria nos esquemas de serviços públicos geridos pelo capital britânico. Aparece também na planta o já citado reservatório da "Água do Benfica", alimentado por poços profundos. Do reservatório, demandavam os encanamentos destinados por bombeamento a suprir vários chafarizes espalhados pela cidade, pontos de venda de água à população, localizados no meio das praças. O projeto do sistema de obtenção e adução de água provavelmente seria aquele delineado pelo engenheiro militar Antônio Gonçalves da Justa Araújo, a quem já nos referimos e cuja atuação profissional merece estudo mais acurado[25].

Figurava também o novo Cemitério de São João Batista, implantado na zona oeste , que vinha substituir o antigo Cemitério de São Casimiro, de localização contraindicada, ao pé de uma duna, portanto à mercê dos ventos que chegavam aterrar as campas ou descobrir os despojos.

Sem dúvida, era desejo de Herbster levar a malha ortogonal ao mais longe possível, encobrindo as radiais que no começo do século partiam da Praça da Matriz ou da Praça Carolina, quer dizer, dos dois primeiros espaços públicos da vila primitiva.

A malha ortogonal, expandindo-se, eliminou várias radiais. Não todas, mas as que permaneceram passaram a iniciar-se em pontos relativamente distantes da parte central da cidade, algumas delas sem interligação direta com a cintura de avenidas há pouco referida.

Como não ocorreram cirurgias urbanas nem alargamentos progressivos nas ruas centrais, o sistema viário mostrado na planta de 1875, na prática, continua sendo atualmente o mesmo do passado, sem atender de modo satisfatório às necessidades do fluxo motorizado, principalmente por falta de interligações francas com a zona leste, hoje muito extensa e aquela de melhor padrão da vida na cidade do presente.

Como interveniências alheias ao desenho da malha urbana em xadrez, devem ser considerados dois fatos.

Primeiro, o prevalecimento de um sistema de divisão fundiária caracterizado por lotes profundos e estreitos, de velha herança colonial portuguesa, proposição historicamente antagônica a um traçado que na ocasião se afigurava moderno.

(25) – Os desenhos estão guardados na Secção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O projeto realmente executado parecia evidenciar algumas diferenças para com a proposta de Antônio Justa Araújo, fato que requer melhor análise comparativa.

Como segundo fato, devem ser apontados os padrões das larguras das vias, de 50, 60 e 70 palmos de largura para as ruas (11, 00, 13, 20 e 15, 40 metros) e 100 palmos para as avenidas (22,00 metros), bem como das calçadas, com 2 varas de largura (10 palmos ou sejam, 2,20 metros), dimensões estas últimas não apenas exigidas mas seguidamente repetidas nos códigos de posturas aprovados posteriormente pela Câmara Municipal. O comprimento dos quarteirões, conquanto não especificado, variava de 100 e 130 varas (110 a 143 metros).

O centro comercial e o centro expandido da cidade de hoje cobrem praticamente a área, então relativamente vasta, oferecida à ocupação em 1875. Um mapa da cidade executado em 1931/1932 apresenta-a ainda dentro dos limites propostos por Herbster, excluídas umas poucas zonas novas, em expansão, contíguas às radiais. Boa parte dos atuais problemas com que o centro da cidade se defronta decorre não propriamente do traçado da planta de 1875, mas das correções e adaptações que não foram estabelecidas no devido momento, fato demonstrado pelas seguidas rejeições dos planos de remodelação urbana contratados pela Prefeitura em 1933 e 1947, os últimos que propuseram intervenções físicas no centro da cidade...

De qualquer modo, diga-se que a planta de 1875 mostrava referências compatíveis com a escala da malha urbana que começava a se definir e atendia às novidades tecnológicas então introduzidas na cidade.

Entre estas, sobressaía a indicação da linha férrea, inaugurada dois anos antes, mas que ainda mal ultrapassava os limites municipais. Seria prolongada com o passar do tempo para o interior da Província, vindo a atingir o Sul do Estado, já na divisa de Pernambuco; penetraria na Paraíba e depois prosseguiria para o oeste, alcançando Teresina, para se conectar com São Luís do Maranhão. Serviu de instrumento básico à expansão do domínio regional da Fortaleza sobre vasta área do Nordeste, embora presentemente a ferrovia tenha perdido sua efetividade econômica, derrotada pelos caminhões e ônibus que circulam por rodovias asfaltadas.

A planta de 1888

Adolpho Herbster já estava afastado de suas atividades técnicas quando decidiu ampliar a planta de 1875, atualizando-a e mandando editá-la em Paris, litografada por Burck & Cie., sob o título – PLANTA / DA CIDADE DA / FORTALEZA / CAPITAL DA PROVINCIA DO / CEARÁ / LEVANTADA / POR / ADOLPHO HERBSTER / Ex-Engº da Provincia e Archº

Aposentado / da Camara Municipal / 1888. (Fig. 6) Elaborada na escala de "0,005m = 10 palmos", pode-se dizer que apresenta a cidade numa relação de 1:4.400. (Fig. 6)

Como novidade, apareciam assinaladas na planta as linhas de bondes de tração animal, inauguradas em 1882. Destinavam-se especificamente a interligar pontos-chave da periferia com o centro, consolidando em definitivo as radiais ainda não absorvidas pela expansão da malha ortogonal. Do centro, saíam linhas relativamente curtas, destinando-se à estação ferroviária e à zona do porto. Os trajetos mais longos demandavam a pontos localizados já fora do pequeno centro urbano. Estes pontos, outrora tidos como distantes, acham-se praticamente localizados no centro expandido da cidade atual. À guisa de esclarecimento, citemos a própria Estação dos Bondes, situada no "Calçamento da Messejana", isto é, no trecho médio da Rua Visconde do Rio Branco, via cujo traçado se confundiu com o direcionamento da BR-116 (que liga a Fortaleza à fronteira do Uruguai); nomeemos o Sítio Benfica (onde estavam instalados os poços profundos do serviço de águas, então já desativados), servido por linha de bondes cujo traçado se apoiou no rumo das futuras rodovias estaduais com destino às serras próximas, após cruzar a parte mais ampla da cidade de hoje; apontemos o Matadouro, erguido na "Estrada de Soure" (atual saída para as BR-020 e BR-222, que conduzem a Brasília e Belém, respectivamente).

Tanto a planta de 1888 como a de 1875 visavam à expansão física programada da cidade. Em outras palavras, significava dizer que as quadras mostradas nos desenhos em boa parte não se achavam construídas. Na verdade, previam uma vasta ampliação urbana, pois, de conformidade com as indicações constantes da planta executada mais de meio século depois pelo Governo Revolucionário em 1931/1932, a cidade ainda não havia conseguido preencher o traçado proposto por Herbster, salvo, pelo menos, de modo descontínuo ao longo das radiais e no trecho da parte leste mais próxima do centro, já no bairro emergente da Aldeota.

A planta de 1888 desperta especial interesse por vários motivos:

- por ter sido preparada por decisão pessoal de Herbster não se tratando de trabalho encomendado;
- por constituir documento autêntico, e não uma cópia manual executada por terceiros;
- por mostrar uma representação gráfica rigorosa, enriquecida com recursos cromáticos;

- por poder servir de estrutura espacial de apoio a outras visões que a completam, interpenetrando-se, para compor um retrato da cidade de fins dos oitocentos.

Chamamos "visões complementares" o "censo" efetuado pela Chefia de Polícia em 1887 e a "Descrição da Cidade", feita por Antônio Bezerra em 1895, além, de um certo modo, do catálogo alusivo à participação do Ceará (conjuntamente com a representação brasileira) à Exposição Colombiana de Chicago, ocorrida em 1893.

O "censo", efetuado pela Chefia de Polícia, constitui um precioso documento, no qual está relacionada toda a população urbana do município da Capital, discriminada por endereço (rua, número, casa, sobrado, "choupana"), por estado civil, idade, situação social (pai, mãe, filhos, agregados), por sexo, grau de instrução, profissão. É uma pena não possa o "censo" ser rebatido com precisão sobre a planta de Herbster, pois a numeração dos prédios da cidade foi posteriormente alterada por duas vezes, dificultando identificar-lhes a localização exata. Além do mais, muitas casas não estavam numeradas na ocasião, à parte o fato de, no caso dos sobrados, aparecerem nos livros apenas os nomes dos moradores, sem a indicação do provável uso comercial dos pavimentos térreos[26].

Outra visão complementadora da planta de Herbster é a que oferece a *Descripção da Cidade de Fortaleza*, de Antônio Bezerra, publicada na Revista do Instituto do Ceará de 1895. Bezerra oferece um notável relato da organização física e social da cidade, detendo-se em suas origens fundiárias, a par de apresentar um arrolamento dos edifícios e logradouros mais significativos, acompanhados de informações pertinentes à sua história[27].

A Exposição Colombiana de Chicago, realizada em 1893, visava a comemorar a descoberta da América e, ao mesmo tempo, a pro-

(26) – Os números do recenseamento nacional de 1890 se referiam ao município da Capital, altamente ruralizado e cuja área era bem maior do que hoje. Entretanto, o censo efetuado pela Chefia de Polícia havia encontrado três anos antes um total de apenas 19.281 habitantes urbanos, compreendendo as duas freguesias em que a cidade se repartia. A Rua Formosa (Barão do Rio Branco) servia de linha divisória, tendo a leste a Freguesia de São José (Sé), com 7.040 moradores, e a oeste a do Patrocínio, com quase o duplo da população, isto é, 12.241 pessoas.

(27) – Bezerra, Antônio – Descripção da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 9: 147-290, 1895. Ver uma reedição da obra feita pelas Edições Alagadiço Novo, da Universidade Federal do Ceará, com extensos comentários de Raimundo Girão.

jetar a grande cidade internacionalmente. As exposições internacionais figuravam como novidades do século XIX, na verdade destinadas a exibir as conquistas tecnológicas da sociedade industrial emergente, *pari passu* ligadas às demonstrações de prestígio dos países expositores. O Brasil enviou sua contribuição à mostra de Chicago, de que o Ceará participou modestamente, com produtos agrícolas e artesanato. Na ocasião, foram editados dois pequenos livros gêmeos, um, de *Breves Notas*, e outro, de *Vistas do Ceará*, que informam da situação do Estado no campo da produção, da indústria, da instrução e da organização administrativa e política[28]. Como as *Vistas do Ceará* aparecem em número reduzido, devem ser complementadas com o material iconográfico incluído no *Álbum de Vistas do Ceará*, editado pela Casa Boris em Nancy[29], França. Conquanto fotografias desse álbum datem de 1907, quer dizer, quase vinte anos após a publicação da planta de 1888, se excluirmos uma ou outra edificação nova, a publicação pode constar como um roteiro imagístico da Fortaleza em que Herbster vivera.

Era bem pequena a cidade de então. Entretanto, nem a escala urbana nem as dificuldades de vida interferiam na intensa vida cultural, por certo a mais ativa que a Fortaleza já conheceu, pelo menos em termos de criatividade própria e de conseqüente prestígio nacional.

À guisa de conclusão

As considerações até agora expendidas neste trabalho pedem uma reavaliação concisa, seja quanto à origem da forma urbana fortalezense, seja quanto às interferências positivas ou eventualmente negativas da ação de Adolpho Herbster,

Ainda sobre forma urbana

Por volta do último quartel do século XIX, a cidade já havia começado a assumir sua forma urbana definitiva, como se disse. Insistimos contudo em mencionar ou até repetir alguns traços que naquele período a caracterizaram ou que logo passaram a caracterizá-la, a fim de podermos externar algumas conclusões.

(28) – Ambos os livros foram editados pela iniciativa privada mas com o apoio da Presidência do Estado.

(29) – O álbum foi editado em 1908. As fotografias devem ter sido feitas no ano anterior ou até antes um pouco.

Tomada como base a planta da cidade elaborada por Herbster em 1875, nela podemos observar

a. Um pequeno trecho com ocupação linear

Reproduz o modelo já referido da aldeia medieval portuguesa, modelo aliás comum a toda a Europa Ocidental. Revela a parte de implantação realmente colonial da cidade, desenvolvida ao longo do riacho Pajeú e composta por lotes originalmente de uso semi-rural, quer dizer, por lotes amplos. As dimensões desses antigos lotes, preservadas através do tempo, permitiram que nessa parte se instalassem os maiores edifícios do atual centro urbano fortalezense.

b. Um bairro portuário isolado

Nascida à sombra de um forte e inicialmente alheia a atividades comerciais com o exterior, a cidade sempre manteve contatos meio distanciados com o mar. No período colonial, o relacionamento marítimo se limitava a desembarcadouros improvisados, isto é, o Mucuripe, para navios maiores, e a foz do Pajeú, para embarcações pequenas.

O nascimento do comércio com o exterior obrigou à busca de outras soluções portuárias. Como então as ondas lambiam o pé do Forte, os exportadores de algodão do começo dos oitocentos resolveram instalar-se em trecho do litoral, contíguo à cidade, mas situado na margem oposta do Pajeú, à direita. Surgiu assim à beira da praia um núcleo edificado muito reduzido, ponto de onde as embarcações menores conduziam carga e passageiros para os navios ancorados ao largo.

A ampliação das atividades marítimas no pequeno núcleo fez nascer o bairro da "Praia", originalmente constituído por um simples trapiche de embarque e por alguns armazéns erguidos ao longo da "Rua da Praia"[30].

Mantido isolado por longo tempo, o bairro retratava velhos esquemas portugueses de urbanização, caracterizados pela cidade no alto e o porto na parte baixa (a "Ribeira", quando se tratava de curso fluvial), interligados por um caminho em ladeira, solução de que a cidade do Porto é paradigma em Portugal e a cidade do Salvador, no Brasil.

(30) – A denominação "Rua da Praia" designou duas ruas. A planta de 1859 refere-se à atual Rua José Avelino, a antiga Rua do Chafariz. As plantas subseqüentes citam como "Rua da Praia" a atual Avenida Pessoa Anta, já surgida paralelamente à primeira em terreno ganho com o recuo do mar.

c. a justaposição de um rossio, interposto entre o trecho inicial e a expansão do século XIX

As cidades medievais contavam pelo menos com dois espaços públicos maiores. Um, envolvido por referências simbólicas, abrigava a sede do poder municipal (*Paços do Conselho, Casas de Ayuntamiento / Cabildo, Hôtel de Ville, Palazzo Comunale, Town Hall, Rathaus* – conforme o país). O outro ou os demais espaços destinavam-se a atividades de comércio.

Em Portugal, dadas as condições de reduzido vigor econômico dos aglomerados urbanos, os espaços públicos nem sempre chegaram a exercer funções específicas. Geralmente, na parte central, havia uma praça onde se erguiam os Paços do Conselho (no Brasil, a Casa da Câmara e Cadeia) e a Igreja matriz (ou Sé, quando sede de bispado). Na periferia, o mais das vezes junto das muralhas, dentro ou até fora delas, abria-se vasta área oferecida para uso comum da população, espécie de ponto de encontro da vida urbana com o mundo rural, destinado a depósito e posto de venda de produtos agrícolas a céu aberto, pasto, local de feiras e de trato de animais, área de fabricação e de venda de manufaturados, enfim, logradouro destinado a inúmeras eventuais atividades.

Esse espaço denominava-se "rossio", termo hoje em desuso no Brasil mais ainda corrente em Portugal. À medida em que a aglomeração se ampliava, o rossio tendia a ficar restrito a certas funções, o que provocava a criação de espaços abertos mais distantes, às vezes menores, enfim novos rossios ("rossios pequenos").

No meio urbano lusitano (e brasileiro), havia também os "largos", nascidos do ajustamento da malha irregular, bem como outros espaços amplos, com funções não definidas de todo, denominados "campos" e "terreiros".

O "rossio" fortalezense era a Praça Carolina, espaço central de serventia pública, fazendo *pendant* com a Praça do Conselho, espaço de vocação simbólica, prestigiada por contar com a sede da Câmara e com a Matriz[31]. A Praça Carolina, fato lamentável, encontra-se

(31) – PEIXOTO, Eduardo M. – A Câmara da Villa de Nossa Senhora d'Assumpção do Ceará Grande, o seu edifício. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 30: 3-36, 1906. Tendo deixado de funcionar na Praça do Conselho (a Praça da Matriz), a Câmara veio a ocupar edificações diversas. Durante quase todo o século XIX e até a metade do século XX, permaneceu em sua sede própria, na Praça do Ferreira, localizando-se hoje em ponto desconhecido pela população.

hoje praticamente desaparecida por decorrência de sucessivas doações de vasta área pública, efetuadas pela Prefeitura Municipal na década de 30, deste século. Do logradouro, onde se ergueram os edifícios dos Correios, do Banco do Brasil e do Palácio do Comércio, nada mais resta do que uma pequena praça. No começo do século XIX, quando as funções comerciais exercidas pela Praça Carolina começaram a se tornar múltiplas, surgiu um novo "rossio" (o pequeno), chamado a Feira Nova, toponímia, como se vê, bem esclarecedora, na verdade a atual Praça do Ferreira, aliás já delineada quando Herbster elaborava a planta de 1859.

Além dos seus rossios, a Fortaleza também possuiu dois "campos" – o Campo do Paiol da Pólvora, junto do Forte, posteriormente transformado no Passeio Público[32] e o Campo da Amélia, onde a tropa fazia "alardo" (exercícios). Este último, hoje reduzido à metade, constitui a chamada Praça da Estação (Praça Castro Carreira).

Os "terreiros" de modo geral formavam espaços enobrecidos por edificações destinadas ao exercício do poder real (ou eclesiástico). Não houve "terreiros" na Fortaleza. Essa expressão lusitana, de livre curso no Brasil do período colonial, era desconhecida numa cidade cujo tardio "Palácio dos Governadores" não passava de uma casa adquirida no começo do século XIX e precariamente adaptada às novas finalidades. Como naqueles dias as circunvizinhanças da casa já estavam fisicamente definidas, as autoridades governamentais somente conseguiram fazer inserir na malha urbana um reduzido "Largo do Palácio" (Praça General Tibúrcio). As dimensões e principalmente a declividade do terreno não favoreciam o uso social do espaço, o que exigiu o nivelamento do largo, operado no segundo governo do Tenente Coronel de Engenheiros Ignácio Correa de Vasconcellos (1844-1847). O necessário aterro ficou amparado por um muro de contenção ainda subsistente, obras executadas pelo 1° Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Juvêncio Cabral de Menezes. Constituiu o primeiro espaço oferecido à cidade para *passeio público*, conforme as intenções do gestor provincial[33].

(32) – O governador Ignácio Correa de Vasconcellos qualificava o "Largo do Paiol" como "rico campo, que se fosse orlado de frondosas árvores seria egualmente dos mais bellos do nosso paiz". (Relatório enviado à Assembléa Provincial, 1847).

(33) – A expressão Passeio Público consta do relatório que o Presidente Vasconcellos enviou à Assembléia Provincial. A reforma executada em 1914 pelo Intendente Municipal Ildefonso Albano resultou na atual aparência do logradouro, apesar de retirados os bondes e de algumas outras modificações paisagísticas verificadas com o passar do tempo.

d. O traçado de vias radiais

A expansão das cidades medievais exigia a sucessiva incorporação das áreas "fora de portas", obrigando à construção de novos circuitos de muralhas. Esse processo redundava num desenho urbano caracterizado por vias perimetrais e vias radiais. As perimetrais surgiam nas faixas anteriormente ocupadas por muralhas e em áreas livres contíguas. As radiais eram vias procedentes do centro da aglomeração, que se dirigiam para a zona rural, quer dizer, velhos caminhos de saída gradativamente incorporados à malha urbana em expansão. (Fig. 1c)

Os caminhos de penetração para o interior (futuras radiais) partiam do "rossio" da cidade, como se pode perceber na planta de Herbster datada de 1859. Por volta de 1870, e hoje com maior razão, tornaram-se meio encobertas pela expansão da malha em xadrez. Entretanto, se num mapa da cidade atual prolongarmos as vias radiais até o centro, fatalmente irão encontrar-se num mesmo ponto, na antiga Praça Carolina. Dos antigos caminhos de saída da cidade permanecem pelo menos três deles, um dos quais enfeixando variantes. Correspondem hoje às BR-116, BR-222 e BR-020, além das CE-60 e CE-65, à parte as saídas para leste e oeste, barradas por acidentes naturais.

e. O surgimento de vias perimetrais

As vias perimetrais surgem como uma necessidade de interligar pontos das radiais já distantes do centro: quer dizer, somente aparecem quando a cidade conta com certa dimensão urbana. Nas cidades ocidentais, têm como modelo o sistema de expansão urbana da Idade Média, já referido. Na planta de 1875, as perimetrais fortalezenses se anunciavam de vários modos, como podemos notar:

- *Primeiro* – Ficavam já bem definidas, quando da abertura de um circuito de "avenidas"[34], os *Boulevards* do Imperador, do Livramento (Duque de Caxias) e da Conceição (Dom Manuel), traçados por decisão da Câmara Municipal.
- *Segundo* – Figuravam na proposta do traçado de uma via de fechamento do perímetro urbano no lado oeste da cidade, dita *Boulevard* da Jacarecanga, hoje dividida em trechos separados pela Praça Gustavo Barroso, mais conheci-

(34) – "Avenida" é o vocábulo empregado nas atas da Câmara. A denominação "*Boulevard*" surgiu posteriormente.

da por Praça do Liceu (as atuais Avenidas Filomeno Gomes e Padre Ibiapina). Essas duas avenidas acompanhavam de modo aproximadamente paralelo o riacho Jacarecanga, o que significa dizer, inseriam-se em diagonal na malha em xadrez já lançada. É provável que o emprego de uma diagonal colidisse com as idéias iniciais de Herbster, mas duas decisões objetivas devem-no ter induzido àquela insólita variação no traçado. Por um lado, optava por solução que fizesse a via atingir a praia; por outro, buscava comunicação com a Praça São Sebastião. Chegar ao mar, somente seria possível através da passagem existente entre os morros da Jacarecanga e do Moinho, mesmo porque o acesso mais próximo (a atual Rua Padre Mororó) passava distante, entre este último e o morro do Croatá. Integrar a Praça São Sebastião (onde ainda se erguia a capelinha homônima) significava a possibilidade de estabelecer uma ligação com o início da Estrada de Soure (Avenida Bezerra de Meneses), radial, cujo trecho que da Praça de São Sebastião demandava anteriormente ao centro da cidade, havia sido encoberto pela expansão da malha urbana em xadrez.

- *Terceiro* – Perimetrais já bem distantes do centro, apareciam timidamente com o surgimento da Avenida Treze de Maio (trecho do Benfica) e da Rua Justiniano de Serpa, vias nascidas espontaneamente mas que deixaram de ser eliminadas por Herbster talvez porque estivessem fora da zona urbanizada (ou a urbanizar) ou talvez porque já desempenhassem funções de especial relevância urbana. Ambas constituíam uma parte menos rural da "Estrada do Gado", longo caminho que buscava o Matadouro, procedente dos currais da Parangaba ("Currais da Feira d'Arronches"). O Matadouro ficava localizado na atual praça dos Libertadores (Otávio Bonfim), tendo ali permanecido até a década de 20, deste século. O exercício prolongado de prosaicas funções de abastecimento de carne à cidade, como se vê, preservou vasta área para uso comum da população.

A propósito, esclareça-se que a gleba finalmente escolhida para instalação desse matadouro provocou muitas discussões. Com efeito, no mesmo local, foi considerada a hipótese de assentar-se o Cemitério de São João Batista. Todavia, a ameaça de eventuais problemas levantados tanto por Herbster e outros engenheiros, como por médicos, quanto à preservação da pureza das águas nas nascentes do Riacho Jacarecanga, conduziu à escolha do ponto hoje ocupado pela nova necrópole.

f. O traçado em xadrez imposto à atual zona central

Como já se disse, o traçado em xadrez tem origem milenar, introduzido no Brasil por via portuguesa. No caso fortalezense, embora pudesse traduzir aspirações envolvidas com o "moderno"[35], encobria o velho espírito conservador lusitano, consubstanciado pelo emprego de um sistema de lotes estreitos e profundos, de evidente cunho medieval. Essa forma de lotes gerou uma tipologia de habitação dita da casa-corredor, estreita e comprida, agregada em casario contínuo, de pavimento térreo.

Nas cidades brasileiras antigas, a morada em sobrado figurava como aspiração generalizada, embora somente materializada pelos estratos mais elevados da população. O sobrado, além de conferir especial estatuto social aos proprietários, permitia o uso de funções arquitetônicas duplas, isto é, comerciais no primeiro pavimento e residenciais nos andares superiores.

Na Fortaleza, o desinteresse pela presença dessas funções duplas deveu-se ao fato de que o desenvolvimento tardio da cidade ocorreu quando outras cidades brasileiras maiores começavam a implantar zonas residenciais já separadas do centro urbano, com edificações destinadas unicamente à morada, distantes portanto do bulício das áreas comerciais. No caso fortalezense, a ampla casa térrea estendida sobre porão baixo não habitável, passou a constituir inovação aceita com entusiasmo por ponderáveis setores da classe média pois se, por um lado, proporcionava uma "modernização" da tipologia habitacional, por outro, sua localização atendia às aspirações de uso diferenciado do espaço urbano, que então se iniciava. Deste modo, a opção por edificações residenciais limitadas ao pavimento térreo relegava a plano secundário a construção de sobrados, aliás, contados em número relativamente reduzido e, em maior parte, concentrados ao longo de três ou quatro quarteirões das Ruas Barão do Rio Branco, Major Facundo e Floriano Peixoto.

No instante em que o centro urbano expandiu suas funções comerciais, absorvendo as áreas circunvizinhas ocupadas por edificações térreas, houve uma rápida substituição das funções. Desaparecido gradativamente o uso residencial, verificou-se um conseqüente "esvaziamento" do centro da cidade em horários não comerciais. Acabaram por se invalidar as possibilidades de exercício de

(35) – O traçado em xadrez não apenas aparecia como "moderno" mas até se tornara obrigatório em cidades novas, como Teresina, de 1852, sendo também aplicado em novas capitais, Aracaju e em Maceió, nas áreas oferecidas à expansão.

uma animação noturna ou dominical que proporcione lazer a estratos diversificados da população, particularmente àqueles de média e alta condição social[36].

Ainda sobre Herbster

A presença de Adolpho Herbster na cidade merece alguns comentários no que se refere ao seu eventual correlacionamento tanto com a legislação municipal como com sua provável concepção de forma urbana, amparada ou não em conceitos contemporâneos pertinentes.

Ao relatarmos as atividades de Adolpho Herbster como arquiteto da Câmara, fizemos referências esparsas aos atuais problemas do centro da cidade, advindos do traçado desenvolvido na segunda metade do século XIX. Entretanto, dificilmente Herbster pode ser incriminado de modo direto pelo ocorrido. Primeiro – porque não poderia imaginar o futuro desenvolvimento da pequena cidade em que vivia. Segundo – porque não poderia prever o impacto da tecnologia nas cidades do século XX, em particular o do tráfego motorizado.

O capítulo do dimensionamento das vias exige portanto alguns comentários.

À parte considerações simbólicas ou já de atendimento às necessidades de circulação, as vias largas figuravam como determinações permanentes nos projetos das cidades brasileiras no último quartel do século XIX. De modo geral, apareciam ligadas a questões climáticas, envolvendo problemas de saudabilidade, fossem para permitir maior ventilação fossem para oferecer condições de plantio de árvores nas calçadas, "uma necessidade indeclinável" no nosso meio ambiente[37].

Sob um ponto de vista referido unicamente ao espaço viário, diga-se que o maior problema físico do centro fortalezense, hoje ocupado pelo comércio, recai sobre a estreiteza das calçadas ou, mais claramente, a estreiteza de todas as calçadas. Como os padrões de meados do século XIX passaram a servir de norma para a cidade, até hoje, ruas e avenidas dos mais diversos bairros, de ricos e de pobres, vêm sendo abertas com aquelas dimensões mínimas!...

(36) – O "esvaziamento" da zona central também se deve muito à perda de referências simbólicas, correlacionadas com outros elementos. Trata-se porém de matéria alheia aos objetivos deste trabalho.

(37) – Ver o "Relatorio da Commissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro", *in* REIS, J. O. – cf. citação na nota 38.

Ainda quanto ao sistema viário, assinale-se que as novas "avenidas", implantadas em meados da década de 1860, mostravam o duplo da largura das ruas mais estreitas, isto é, 100 palmos (22 metros). Se se houvesse optado pelo duplo das medidas das ruas mais largas, as atuais avenidas do circuito central (e aquelas que as tiveram por modelo) contariam com 30 metros de largura.

Além de considerações utilitárias, insista-se ainda no fato de que os aspectos simbólicos sempre pesaram na organização do espaço arquitetônico ou urbano, neste caso,com o conseqüente rebatimento na largura das vias. Sobre o mais, no século XIX, os transportes à tração animal já criavam problemas de tráfego, requerendo soluções de racionalidade técnica. É evidente que este último fator não poderia ser levado em conta em uma cidade como a Fortaleza dos dias de Herbster, praticamente desprovida de meios de transporte individual ou familiar.

Neste passo, conviria lembrar que o dimensionamento dos espaços urbanos constantes dos códigos de posturas fortalezenses do século XIX quase sempre reproduzia elementos fixados em dias anteriores à chegada de Herbster ao Ceará[38]. Todavia, à parte entendimentos culturais do problema, em outras palavras – salvo a inércia, nenhum outro motivo justificaria fossem mantidas até hoje as mesmas larguras das calçadas e das ruas, sempre estreitas para com o que já se preconizava na época, bem como permanecessem imutáveis as dimensões das quadras implementadas posteriormente, sempre iguais às antigas, com 50, 60 e até 70 braças de lado (110 a 154 metros).

Essas dimensões avantajadas dos quarteirões sem dúvida constituem outro entrave às atividades desempenhadas no atual centro urbano. Entretanto, quando foram propostas, as quadras atendiam perfeitamente ao uso residencial, permitindo a implantação de amplos quintais, medida esta aliás solicitada pelas posturas. Se os velhos quarteirões parecem hoje inadequados ao comércio de vendas a varejo, dada a desproporção entre as áreas das quadras e os comprimentos totais das testadas, não pode recair em Herbster a culpa na mudança de utilização dos lotes.

Também ainda, como impasses legados pelo século XIX e que perduram, citemos a eliminação dos trechos das radiais na parte

(38) – Ainda um pouco antes de Herbster começar suas atividades como "architecto", a Câmara Municipal ratificava como medidas para as calçadas – 9 palmos (1,98 m) para as "ruas" e 7 palmos (1,54 m) para as "travessas". O Código de Posturas aprovado em 1865 admitia medidas mais generosas, estabelecendo para as calçadas a largura de 10 palmos, ou seja, uma braça (2,20 m), ainda hoje empregada...

mais central da cidade, absorvidos pela expansão da malha em xadrez superposta ao desenho primitivo, espontâneo. Desse fato, resultou o distanciamento dos polos geradores de tráfego dos veículos coletivos com relação às saídas diretas para os bairros, dificultando tanto a circulação dos coletivos como dos demais veículos. É bem verdade que a manutenção desses trechos de radiais, todos relativamente estreitos, hoje para pouco ou nada serviriam.

De qualquer modo, deve ser declarado que até agora jamais foram tentadas modificações físicas tecnicamente corretas nas partes já construídas da cidade, nem sequer aquelas alcançáveis por alargamento progressivo das ruas, prática antiga e comum em outras cidades brasileiras...[39] (Fig. 8)

Outras aspirações técnicas contemporâneas

Já dissemos que o desconhecimento de dados quer quanto à formação profissional de Herbster quer de escritos seus pertinentes à problemática urbana, dificulta ou até impossibilita a apreciação de suas formulações teóricas como arquiteto da Câmara. Em outras palavras, não se sabe exatamente o que poderia ter ele proposto ou contraproposto, desejado propor ou pelo menos simplesmente procurado debater. A rigor, desconhecemos objetivamente o que de seu teria sido aceito ou rejeitado pela Câmara.

Ignoramos também o quanto estaria Herbster informado a respeito de realizações correntes no estrangeiro e no País. Em termos do que se executava no exterior, seria impossível não tivesse notícias das obras dos engenheiros e arquitetos a serviço do Barão Eugène Haussman (1809-1891) na remodelação de Paris, levada a cabo por Napoleão III entre 1853 e 1870, obras de repercussão e influências universais.

No âmbito nacional, a influência da Corte Imperial ficava patenteada na adoção, integral ou adaptada, dos textos das posturas urbanas do Rio de Janeiro pelas câmaras dos municípios das províncias. As normas gerais que norteavam a matéria na verdade acata-

(39) – A Prefeitura ainda continua abrindo "avenidas" com 22 metros de largura, destinadas ao escoamento de tráfego! Basta que um ônibus pare, a fim de apanhar passageiros, ou que um carro estanque, por pequeno enguiço, para que o fluxo de veículos sofra completa retenção. Como as calçadas estreitas não permitem o plantio de árvores, estas são localizadas nos reduzidos canteiros centrais. Tal solução elimina o sistema de iluminação no eixo das vias, com a qual poderiam ser diminuídos os gastos com postes e com fiação, além de não proporcionar sombra onde seria devido, quer dizer, nas calçadas...

vam, na sua origem, o pensamento dos engenheiros militares egressos da Academia Imperial, formados à luz dos ensinamentos expostos por Durand na École Polytechnique de Paris e complementados, no campo estético, por aplicações expeditas dos princípios divulgados pelos tratadistas do maneirismo italiano, particularmente o Vignola. No caso da legislação fortalezense, lembremos que o dimensionamento dos elementos arquitetônicos tinha correlação direta com as posturas da Corte datadas de 1838 e lá ainda em vigor no terceiro quartel dos oitocentos.

Diplomado ou não pela Academia Imperial Militar do Rio de Janeiro, não poderia portanto ser estranho a Herbster o conteúdo dos vários "relatórios" preparados por seus colegas da Corte, sem dúvida conhecidos dos engenheiros militares que serviam no Ceará, contendo matéria concernente a projetos de extensão ou de remodelação da Capital do Império. Esses "relatórios" se reportavam a problemas já aflorados no Rio de Janeiro e que poderiam ser evitados na Fortaleza, se aplicadas medidas preventivas, particularmente quanto ao dimensionamento dos componentes da malha urbana.

Para se formar idéia das proposições então aventadas, permitimo-nos citar apenas dois daqueles "relatórios".

Pela precedência da data, apontamos o "Relatório apresentado á Exma. Camara Municipal do Rio de Janeiro pelo engenheiro militar Henrique de Baurepaire Rohan em 20 de setembro de 1843", remetido às autoridades superiores na condição de Diretor de Obras Municipais. O relatório de Beaurepaire Rohan desenvolve com especial empenho na "Parte Segunda – Aformoseamento da cidade e seu termo e commodo dos habitantes", item "Vias Publicas e Comunicação", a exigência de se abrirem ruas "de 8 braças de largo (17,60 m), esquinadas de maneira que em cada cruzamento se forme um pequeno largo"; "que cada quarteirão tenha 30 braças (66 m)" e "que cada casa tenha pelo menos 6 braças (13,20 m) de frente com mais de um andar"[40].

A comparação entre o dimensionamento emanado das posturas fortalezenses e aquele defendido por Rohan poderia ter então fornecido temas para debates entre os técnicos locais e os camarários.

(40) – Reis, José de Oliveira – História urbanística do Rio de Janeiro. *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro, v. 57 jan/dez 1992 n. I/4 p. 10-21 As primeiras informações sobre o trabalho de Beaurepaire Rohan se devem ao arquiteto professor doutor Donato Mello Júnior, por via de pesquisas feitas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e publicadas na Revista do IHG/RJ, 1992, p. 21-6.

Padrões espaciais mais consentâneos, uma vez aceitos, talvez se tivessem incorporado ao imaginário e às aspirações fortalezenses, com benefícios para a cidade do futuro.

Também não deveria passar despercebido o "1° Relatorio da Commissão, de Melhoramentos da Cidade. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1875", complementado pelo "2° Relatório", datado de 29 de fevereiro de 1876[41]. Tratava-se de um conjunto de medidas de intervenção na cidade, orientadas pelas grandes realizações internacionais do momento, marcadas por uma preocupação com saneamento urbano, derrubada de morros, abertura de canais, execução de aterros nos alagados, à parte os capítulos relativos à extensão e à reformulação do sistema viário e dos espaços públicos em geral[42].

É bem verdade que as sugestões contidas nos relatórios, aliás preparados pelos nomes conhecidos de Francisco Pereira Passos, Jeronymo Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva, talvez fossem prematuras, pois não chegaram a ser aplicadas na ocasião[43]. Delas porém se aproveitou o próprio Passos quase três décadas depois, para utilizá-las no seu plano de remodelação do Rio de Janeiro, executado nos primeiros anos deste século, já no governo republicano de Rodrigues Alves.

Há de se ponderar que se as medidas preconizadas para cidade sede do governo imperial nem sequer encontravam aplicação na época, como esperar pudessem materializar-se numa capital de província pobre? Enfim, o que seria bom para a Corte pareceria superdimensionado para a pequena Fortaleza.

Entretanto, em Belém do Pará, em província com que o Ceará sempre manteve intenso intercâmbio cultural e comercial, o Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho (1806-1860) havia introduzido perceptíveis modificações no sistema de expansão urbana quando do alastramento do núcleo colonial da capital paraense em direção dos novos bairros de Nazaré e do Umarizal, ainda em meados do século

(41) – REIS, J. O. *op. cit.*, p. 32-60.

(42) – "A quasi todas as avenidas, a Commissão deu a largura total de 40 metros, que admitte uma calçada de 18 metros e dous passeios lateraes de 11 metros cada um. Nas outras avenidas e ruas a largura varia de 25 até 15 metros, que é a minima capaz de admittir arvores nos passeios lateraes". (In: REIS, J. O. – *op. cit.* p. 37) Deve-se esclarecer que "calçada" então significava pista pavimentada, calçamento.

(43) – As proposições contidas nos "Relatorios" não obtiveram total concordância de todos os setores técnicos da cidade. Vieira Souto, entre outros reparos, via a "Commissão trahyda pelo genio imitador: o exemplo de Paris não é applicavel no Rio de Janeiro". (ver REIS, J. O. – *op. cit.* p. 92).

XIX. Ele próprio, com a dupla autoridade de presidente da província (de 1848 a 1850) e de engenheiro militar havia comandado o traçado de vias retas, largas e arborizadas,"ruas de arvoredo", as quais, servindo de modelo a outros bairros, tanto marcam hoje a paisagem urbana de Belém[44].

No fim de contas, comparativamente, insistamos em que Herbster, conquanto engenheiro, tinha suas ações limitadas pela condição de simples "empregado" da Câmara. Não poderia decidir o quanto quisesse, como o seu colega, engenheiro, mas militar de alta patente e presidente de província...

Adendo

Uma planta de 1863

Já concluído o trabalho ora apresentado, tivemos a grata surpresa de tomar ciência de uma planta da cidade elaborada por Adolpho Herbster em 1863 (Fig. 9), valioso documento gráfico incluído no Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida, editado em 1868[45].

A data recente em que vimos a conhecê-lo explica a razão por que não apareceu mencionado nem neste e nem em outros textos nossos relativos ao mesmo tema de cartografia urbana.

Pelo interesse que desperta, apressamo-nos em divulgá-lo, embora constitua matéria a exigir posteriores comentários mais aprofundados. Se não altera os conceitos desenvolvidos neste trabalho, de qualquer modo antecipa algumas datações, abrindo caminhos para novas especulações sobre o assunto.

O *Atlas* do maranhense Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) apresenta mapas gerais do Brasil, bem como os de todas as províncias, executados consoante os conhecimentos da época. Nos mapas das províncias, figuram plantas das respectivas capitais, inseridas em encarte. Assim, anexo ao mapa do Ceará, se encontra uma "Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará,

(44) – Cruz, Ernesto – *História de Belém*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973, p. 289.

(45) – A notícia relativa ao Atlas de Cândido Mendes de Almeida me foi gentilmente transmitida pela arquiteta professora doutora Eliane Veras da Veiga, da Universidade Federal de Santa Catarina.

levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da Provincia e architecto da Camara Municipal Adolpho Herbster (manuscrito)". Reproduzida em litografia, com dimensões muito reduzidas, pode tratar-se do próprio original remetido por Herbster a Cândido de Almeida ou de cópia refeita por terceiros.

Essa planta, que vem elucidar inúmeras dúvidas, seria uma transcrição da planta "reformada" da cidade, entregue por Herbster aos vereadores em fins de 1861 (Ata da sessão de 14.11.1861), compilada por determinação da Câmara para resolver problemas então surgidos com o crescimento fortalezense. Assim, pode-se entender a *Planta Exacta* de 1859 como um retrato gráfico da cidade, enquanto a nova *planta reformada de 1861* seria um plano de expansão urbana claramente proposto. Consubstanciava matéria discutida durante os meses anteriores, traduzida por um conjunto de posturas aprovadas pela Câmara em sessão de 18.04.1861 (cf. ata respectiva) e assim expressas:

> Ata de 18.04.1861 – "O Sr. Presidente offerece a [à] approvação da Camara as seguintes Posturas, –
>
> Art. 1° – O plano desta Cidade será o seguinte: Abrir-se-ha hua grande rua de cem palmos de leste a oeste e outra igual de Norte a Sul o mais proximo que for possivel a [à] parte edificada, fasendo esta Cidade hum dos 4 angulos destas duas ruas.
>
> Art. 2° – Os outros tres angulos limitarão, o do leste até a aldeota e Aguanamby, o do sul até Porangabuçu e o do oeste até Jacarecanga.
>
> Art. 3° – Dentro destes limites ninguem poderá levantar Casa de qualquer naturesa que seja, nem faser propriedade maior do que um quarteirão de Casas segundo a planta sob pena de demolição e de trinta mil reis de multa.
>
> Art. 4° – O Enginheiro da Camara fará a planta da Cidade conforme o art. 1° e fará logo abrir as ruas e travessas para o lado por onde mais se estender a edificação.
>
> Depois de discutidas forão approvadas, votando o Snr. Justa contra a 2ª parte da primeira postura.
>
> O Vr. Presidente consultou a Camara se era conveniente hua rua entre o sitio do Enginheiro Berthot e os sitios da Jacarecanga, marcando logo os quarteirões ou se officiar ao Admor. da Confraria da Sra. do Rosario para mandar abrir a rua.
>
> Resolveo-se que o Enginheiro marque a rua, mandando abater o mato, somente, contra o voto do Vr. Justa, somente quanto ao batimento do mato.

A origem das decisões da Câmara que vieram a nortear a planta da cidade condicionada pelo traçado das "grandes ruas" (avenidas / *boulevards*) talvez jamais se esclareça cabalmente. Haveria alguma ligação com as concepções de Herbster? Com os engenheiros da *Comissão Scientifica de Exploração*? Com Berthot, que assistira às primeiras intervenções de Haussmann em Paris? Teria algo a ver diretamente com o pensamento dos vereadores ou de algum fortalezense intelectualizado? Pelo menos, por enquanto, não se sabe. De qualquer modo, competia a Herbster traçar, quer dizer, definir de fato a forma física e os conseqüentes espaços da cidade. E é o que importa[46].

A pequena planta inserida no *Atlas* foi preparada apenas quatro anos após a execução da "Planta Exacta da Capital do Ceará" de 1859 e, tal como esta, também indica a zona já edificada, que é praticamente a mesma mostrada antes. No entanto, oferece uma área projetada para expansão que equivaleria umas seis ou sete vezes aquela ocupada pela cidade na ocasião. Embora, para o sul, a malha desenhada atingisse apenas a Rua Meton de Alencar, todavia, de leste a oeste, cobria uma largura de cerca de dois quilômetros, desde a atual Rua João Cordeiro até a Praça Gustavo Barroso (do Liceu)!

As legendas da planta falam numa "população de 18.000 almas", número sem dúvida referente ao município que, na época, abrangia Messejana, Arronches (Parangaba), Soure (Caucaia), Parazinho, Siupé, Trairi, Pacatuba, Maranguape. A parte urbanizada da cidade a rigor não contava com dez mil moradores, conquanto a planta de Herbster oferecesse uma malha projetada em condições de abrigar mais de 30 mil habitantes[47].

Relativamente porém ao traçado que a cidade fixou, observam-se alguns desencontros, em particular no trecho referido ao Parque

(46) – Embora, nas referências aos desejos de abertura de uma cinta de avenidas periféricas à Fortaleza da época, não haja alusão às reformas parisienses propostas por Napoleão III em 1853 e executadas sob o comando de Haussmann, tal não indica que fossem desconhecidas na cidade. Se admitimos a participação de membros da *Comissão Scientifica de Exploração* nas idéias gerais, é porque, em certa ocasião, se o Presidente da Câmara solicitara a Herbster o "nivelamento da Cidade para a Jacarecanga", tendo em vista o "encanamento das agoas d'ali e orçamento ds despesas", o vereador Mendes Guimarães pedira a ajuda dos engenheiros "os Snrs. Capanema e Coutinho" [Guilherme Schüch Capanema e João Martins da Silva Coutinho] "para igual trabalho". (Ata da sessão de 8.01.1861)

(47) – Seriam 9.600 pessoas, segundo estimativa de 1867, feita pelo engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (ver *Água para o progresso de Fortaleza, op. cit.* p. 55). A cidade talvez então ocupasse uns 65 a 70 hectares, do que resultaria uma densidade aproximada de 150 habitantes por hectare. A planta de Herbster cobriria entre uns 200 e 220 hectares.

da Liberdade ("Lagoa do Garrote") e à Praça do Coração de Jesus, causados pela eliminação da Rua Visconde do Rio Branco ("Estrada da Messejana")[48] e sua conexão com a Rua Sena Madureira, de hoje. O equívoco resultou na supressão ou da Rua Jaime Benévolo ou da Rua Conselheiro Tristão (de uma ou da outra), conduzindo no desenho à superposição de uma das ruas à Rua 25 de Março ("Rua do Pajeú").

As legendas indicadas na planta mostram a previsão não consumada de algumas praças ("3. da Leopoldina", "4. do Collegio", "13. Izabel", e "14. dos Coroatás"), em contraposição a outras praças não apontadas no desenho mas que foram posteriormente implantadas.

Já delineadas com a atual largura, vêem-se as Avenidas do Imperador e Dom Manuel, embora a futura Avenida Duque de Caxias apareça com largura igual à das demais ruas. Seria mero lapso no desenho remetido, pois a planta de 1875 já assinalava o circuito (hoje subsistente) de avenidas periférico à cidade de 1860, formado pelos três "*boulevards*"[49].

Ainda se mantinham em uso o Cemitério de São Casemiro e o anexo dos ingleses, ambos localizados no desenho um pouco mais para o oeste do local onde realmente se implantavam. Também permaneciam junto do morro do Croatá o Paiol da Pólvora e o Matadouro, este com o respectivo "curral", logo mudados para a "Estrada de Soure". Entre o Cemitério e o Paiol constava a indicação de um "Largo da Manobra", espaço talvez sugerido ou provavelmente já reservado para uma curva de trilhos de trem, melhoramento ainda embrionário, pois somente entraria em funcionamento dez anos depois.

Outro Adendo

Em resposta a consulta nossa, a École Centrale des Arts e Manufactures, de Paris, informou-nos por carta de que Adolpho Herbster

(48) – Desde 1863 e ainda na planta de 1888, Herbster tentava sem êxito eliminar do traçado em xadrez a "Estrada da Messejana" (atual Rua Visconde do Rio Branco), velha radial que cruzava os quarteirões em diagonal. Os trilhos dos bondes de tração animal e, depois, dos bondes elétricos, garantiram a permanência da rua, hoje sem significação maior na trama viária da cidade, porque vantajosamente substituída pela larga Avenida Aguanambi.

(49) – Não pairam dúvidas de que a indicação da futura Avenida Duque de Caxias (*rua do Livramento)* com largura igual às das demais ruas constituia mero engano gráfico, pois ainda em abril do mesmo ano, Herbster havia examinado um processo de indenização de um proprietário de terreno "cito na Rua Amelia [Senador Pompeu] e por onde tem de passar a nova rua do Livramento".... e "destinado para hua rua de cem palmos" (Ata da sessão de 11.04.1861).

não se diplomou em seus cursos ("nous ne trouvons pas trace de Jean Adolphe HERBSTER dans la liste des diplômés de notre École").

Referências Bibliográficas

Adonias, Isa – *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ÁGUA para o progresso de Fortaleza. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desportos, 1981 (Redigido por Geraldo da Silva Nobre).

ÁLBUM de Vistas do Ceará. Nancy, Imprimeries Réunies, 1908.

ALMEIDA, Cândido Mendes de – *Atlas do Imperio do Brazil*; comprehendendo as respectivas divisões Administrativas, Ecclesiasticas, Eleitorais e Judiciarias. Rio de Janeiro, Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ARQUITECTURA Popular em Portugal. Lisboa, Associação dos Arquitetos Portugueses, 1980.

BARATA, Mário – *Escola Politécnica do Largo de São Francisco*. Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Alunos da politécnica / Clube de Engenharia , 1973.

BEZERRA de Menezes, Antônio – Descripção da cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t.9: 147-290, 1895.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento – *Diccionario Bibibliographico Brazileiro*. t. 1-7. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883-1902.

BRAGA, Renato de Almeida – *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1962

CASTRO, José Liberal de – Cartografia urbana fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. *In:* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, Administração Lúcio Alcântara, março 1979 – maio 1982. Fortaleza, 1982, p. 23-81.

CAVALCANTE, José Pompeu de Albuquerque – Relatório da Repartição de Obras Públicas remetido à presidência da Província, 1868.

GIRÃO, Raimundo – *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1959.

GUTKIND, E.A. – *Urban development in southern Europe*: Italy and Greece. 5 v. New York, Free Press, 1969, v. 1.

HERBSTER, Adolpho – Plano Geral de Calçamento. *In*: Anexo ao Relatório do Presidente João Silveira de Souza à Assembléia Provincial, Fortaleza, 1850.

_____. Regulamento para a Companhia de Calceteiros – enviado à Câmara Municipal de Fortaleza, cf. Sessão de 22.06.1871.

HOMEM de Mello, Francisco Ignácio Marcondes – Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul e S. Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1872 (2a. parte).

MELLO, José Antônio Gonsalves de – *Ingleses em Pernambuco*. Recife, Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1972.

MELLO JÚNIOR, Donato – A remodelação do Rio de Janeiro, proposta pelo Visconde de Beaurepaire Rohan em 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1992-3. (p.77-8)

MORRIS, A. E. J. – *History of Urban Form*. Londres, George Godwin, 1974.

PEIXOTO, Eduardo Marques – A Camara da Villa de Nossa Senhora da Assumpção do Ceará Grande, o seu edificio. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 20: 3-36, 1906.

REIS, José de Oliveira – História Urbanística do Rio de Janeiro, 3ª parte 2º Reinado – 1831-1889. Rio de Janeiro, *Revista Municipal de Engenharia*, v. 13 (1/4): 9-108, jan. /dez. 1992.

SANTOS, Paulo Ferreira – *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Coimbra, V Colóquio Internacional Luso-brasileiro, 1968.

SINOPSE Preliminar do Censo Demográfico. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estética. Rio de Janeiro: IBGE, 1981 (IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980: v. l, t. l, n. l)

STUDART, Guilherme, Barão de – A administração Manoel Ignacio de Sampaio (1º Visconde de Lançada). Parte Chronologica. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 30: 201-47, 1916.

_____. Estrangeiros e Ceará. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 32: 205-6, 1918.

THE State of Ceará; brief notes for the exposition of Chicago. Chicago, E. J. Campbell, 1893.

VISTAS do Ceará. Fortaleza, Napoleão Irmãos & Cia., 1893

Atas, Leis e Resoluções governamentais

Atas da Câmara Municipal de Fortaleza do século XIX.

Livros de Coleção de Leis e Resoluções Provinciais do Ceará, anos 1865, 1870 e 1879.

Relatórios dos Presidentes do Ceará remetidos à Assembléia Provincial:

- Ignácio Correa de Vasconcellos, 1847
- Francisco Xavier Paes Barreto, 1855
- João Silveira de Souza, 1859

Periódicos

Diário de Pernambuco – 04.07.1842

Arquivos e Bibliotecas consultados:

- Arquivo do Instituto do Ceará
- Arquivo Público do Estado do Ceará
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- Biblioteca Pública do Estado do Ceará
- Núcleo de Microfilmagem da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.